



澳門特別行政區 立法會會刊

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

第四屆立法會 第二立法會期 (二零一零一二零一一)
IV LEGISLATURA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2010-2011)

第一組 第 IV-51 期
I Série N.º IV-51

Data: 11 de Agosto de 2011

Início da reunião: 15 horas

Termo da reunião: 18 horas

Local: Sala do Plenário do Edifício da Assembleia Legislativa, sito nos Aterros da Baía da Praia Grande, Praça da Assembleia Legislativa.

Presidente: Lau Cheok Va

Vice-Presidente: Ho Iat Seng

Primeiro-Secretário: Chui Sai Cheong

Segundo-Secretário: Kou Hoi In

Deputados presentes: Lau Cheok Va, Ho Iat Seng, Chui Sai Cheong, Kou Hoi In, Fong Chi Keong, Kwan Tsui Hang, Leonel Alberto Alves, Ng Kuok Cheong, Vitor Cheung Lup Kwan, Tsui Wai Kwan, Chan Chak Mo, Cheang Chi Keong, Au Kam San, Vong Hin Fai, Ung Choi Kun, José Maria Pereira Coutinho, Chui Sai Peng, Leong On Kei, Chan Meng Kam, Lee Chong Cheng, Ho Sio Kam, Lau Veng Seng, Lam Heong Sang, Mak Soi Kun, Chan Wai Chi, Sio Chi Wai, Ho Ion Sang, Chan Mei Yi e Tong Io Cheng

Convidados: Chui Sai On, Chefe do Executivo;
Florinda da Rosa Silva Chan, Secretária para a Administração e Justiça;
Francis Tam Pak Yuen, Secretário para a Economia e Finanças;
Cheong Kuoc Va, Secretário para a Segurança Superintendente-geral;
Cheong U, Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura;
Lau Si Io, Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
José Proença Branco, Comandante-geral dos Serviços de Polícia Unitários;
Alexis Tam Chon Weng, Chefe do Gabinete do Chefe do Executivo;
Sofia Ku Mei Leng, Chefe do Gabinete Subst^a. da Secretária para a Administração e Justiça;
Karen Lok Kit Sim, Chefe do Gabinete do Secretário para a Economia e Finanças;
Vong Chun Fat, Chefe do Gabinete do Secretário para a Segurança;
Cecília Cheung So Mui, Chefe do Gabinete do Secretário para os

Assuntos Sociais e Cultura;
Francis Wong Chan Tong, Chefe do Gabinete do Secretário para os Transportes e Obras Públicas;
Leopoldo Arrais do Rosário, Chefe do Gabinete Subst^o. do CCAC;
Chio Chim Chun, Chefe do Gabinete da Comissária de Auditoria;
Leong Heng Teng, Membro do Conselho Executivo;
Liu Chak Wan, Membro do Conselho Executivo;
Leong Vai Tac, Membro do Conselho Executivo;
Ho Sut Heng, Membro do Conselho Executivo;
Wong Yue Kai, Membro do Conselho Executivo;
Goretti Tam Ka Wa, Adjunta do Chefe do Executivo.

Ordem do Dia: Perguntas e respostas sobre as Linhas de Acção Governativa e assuntos sociais, com a presença do Chefe do Executivo.

Sumário: Perguntas e respostas sobre as Linhas de Acção Governativa e Assuntos Sociais, com a presença do Chefe do Executivo.

Acta:

Presidente: Exm.^{os} Sr. Chefe do Executivo, Srs. Representantes do Governo, Srs. membros do Conselho Executivo e Srs. Deputados, amigos da comunicação social:

Hoje, a nossa reunião consiste em responder às perguntas dos Deputados. Em primeiro lugar, agradecemos ao Chefe do Executivo a sua presença na Assembleia Legislativa para responder às questões dos Srs. Deputados.

Às 4h15, vamos fazer um intervalo de meia hora, e depois continuamos a realizar a reunião pelas 4:45h. A reunião seria terminada às seis horas, mas tivemos um acordo com o Chefe do Executivo, esta só vai ser terminada depois que sejam respondidas todas as perguntas levantadas por 23 Deputados registados. Primeiramente, tem a palavra o Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Chan Meng Kam: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

A explosão ocorrida no Centro Internacional cria, num maior ou

menor grau, efeitos negativos sobre a imagem de Macau, enquanto cidade internacional de turismo. Pois, é no processo da implementação do Centro de Turismo e Lazer a Nível Mundial que os aspectos de segurança pública e social se sobressaem. Portanto, tanto a protecção, como a prevenção e a reacção requerem convergência de esforços por parte de diferentes serviços e organismos públicos. Por exemplo, no que se refere à segurança dos combustíveis, requer a intervenção do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, da Comissão de Segurança de Combustíveis, do Corpo de Bombeiros, etc., o que muito desilude o público, porque é nesta situação “em que haja muitos serviços públicos com competência numa mesma matéria, acabam todos por nada fazerem”.

Afirmou o Chefe do Executivo, após a sua visita ao local do incidente, que “a principal tarefa, para o momento, é a de rever tudo aquilo que conduziu à explosão para se prevenir que situação congénere venha a repetir-se, bem como a de fazer bem os trabalhos que têm pela frente”. Assim sendo, pergunto: Qual a lição a retirar pelo Governo deste ensinamento? Será que a norma vigente carece de revisão? Qual é o mecanismo que garanta uma segurança pública eficaz e a longo prazo? Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Chan Meng Kam.

Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

No dia 26 do mês passado, ocorreu um grave acidente explosivo, causado pela fuga de gás, num estabelecimento de comida do Centro Internacional. Após o acontecimento do acidente, as organizações governamentais relevantes accionaram imediatamente o mecanismo de emergência, tomando também uma série de medidas. No Governo da RAEM, eu próprio, quatro Secretários e vários Serviços relevantes participaram no tratamento do acidente. Naquele dia, divulgámos oportunamente as mensagens aos cidadãos e tratámos constantemente o evento, para que o prejuízo possa ser reduzido para um mínimo. Felizmente, um dos feridos já saiu do hospital no mesmo dia, e o outro recuperou estavelmente depois de estar internamento. Neste acidente, como já falei com o público, devemos fazer a auto-revisão. Depois de ocorrer o acidente, os Serviços relevantes, especialmente o Corpo de Bombeiros, a Comissão de Segurança dos Combustíveis e o IACM (responsável pelo licenciamento), accionaram imediatamente um novo mecanismo, inspecionando todos os estabelecimentos de comida relevantes, com vista a garantir a segurança e prevenir acidentes semelhantes.

Devemos lembrar que, as lições obtidas ao longo do processo do desenvolvimento de Macau, com vista a enfrentar circunstâncias mais complexas e adoptar prevenções relacionadas no futuro, sobretudo a resposta à crise. Actualmente, temos quatro mecanismos para lidar com a crise: o mecanismo de cooperação territorial ou internacional para situações de emergência, responsável pelo Gabinete do Chefe do Executivo; o mecanismo de emergência de saúde pública e o mecanismo de resposta para situação de crises do turismo, responsável pelo Secretário para os Assuntos Sociais e Culturas; o mecanismo de protecção civil, responsável pelo Secretário para a Segurança Funções. Âmbitos e responsabilidades de cada mecanismo são reguladas pelas leis e regulamentos relacionados, cada mecanismo também inclui os diferentes níveis e áreas. A resposta e o tratamento ao acidente no Centro Internacional pertence à responsabilidade do mecanismo de protecção civil,

portanto, os trabalhos relacionados serão realizados por este mecanismo.

Podemos ver também, ao longo desta última década, o Governo tem duas concepções: a primeira consiste em aperfeiçoar as leis e os regulamentos pertinentes, especialmente propostas de lei sobre o tratamento às crises emergentes, com vista a facilitar a iniciação, o comando unificado e a comunicação de duas vias para os cidadãos, no caso de ocorrer incidentes. A segunda consiste nos quatro mecanismos mencionados, consideramos que, em caso de ocorrer grandes incidentes, é preciso ter um mecanismo geral que fica acima destes quatro, sendo responsável pelo Chefe do Executivo. Porque na Lei de prevenção, controlo e tratamento das doenças transmissíveis, também há esta situação. A fim de trabalhar mais eficazmente, pode-se accionar oportunamente este mecanismo quando a situação estiver muito grave.

Por enquanto, fizemos estas auto-revisões para proceder aos dois trabalhos referidos, creio que o trabalho vai entrar logo na fase fundamental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lau Veng Seng, faça o favor.

Lau Veng Seng: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

O 3.º Governo da RAEM lançou, logo a partir da sua criação, os princípios de governar com integridade, reforçando-a, e de decisões baseadas em dados científicos, com vista a adquirir maior confiança da população, porém, no decurso deste ano, o CCAC emitiu recomendações a vários serviços públicos que cometeram irregularidades administrativas. A função desempenhada pelo CCAC, e os resultados dos trabalhos por ele desenvolvidos, estão à vista de todos, mas, mesmo assim, ainda existem alguns serviços públicos que não respeitam a lei ou praticam irregularidades administrativas, por isso, é premente, não só recriar uma equipa constituída por funcionários que “conheçam a lei e respeitem a lei”, mas também elevar a eficiência do aparelho administrativo.

A integridade e a transparência das actividades governativas possuem implicações directas, quanto à confiança da população no Governo. Nas LAG para o ano de 2011, define-se um aumento da transparência das actividades governativas, de modo a permitir uma melhor fiscalização dos trabalhos, por parte da população. Sr. Chefe do Executivo, qual é o ponto de situação dos trabalhos referentes ao “reforço da integridade e ao aumento da transparência das actividades governativas”?

Obrigado.

Presidente: Sr. Chefe do Executivo... se faz favor.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Lau Veng Seng.

Estabelecer um Governo transparente e impulsionar a construção de uma sociedade íntegra são as políticas inabaláveis da RAEM. Quanto ao melhoramento do desempenho e da transparência da acção governativa, o Governo da RAEM também já tomou uma série de medidas. O sistema de porta-voz foi estabelecido depois da

tomada de posse do terceiro Governo. Este sistema consiste em três níveis, respectivamente, o Gabinete do Chefe do Executivo, os Secretários e os Directores. Estabeleceram-se, também, porta-vozes de imprensa para cada nível. Mediante estes meios, queremos elevar a transparência da acção governativa e transmitir oportunamente as informações para os cidadãos, escutando também mais opiniões delas.

Através de algum tempo de funcionamento do sistema, podemos ver um certo grau de progresso desta interacção, sobretudo entre pessoal da comunicação social e funcionários públicos. Sem dúvida alguma, ainda há um grande espaço a ser aperfeiçoado, portanto, estamos sempre dispostos a escutar opiniões. No nosso ponto de vista, um bom sistema é favorável à comunicação com os cidadãos, tanto sobre as informações da linha de acção governativa, quanto sobre as medidas políticas. Nesse caso, vamos continuar a fortalecer o aperfeiçoamento do sistema de porta-voz. Incluindo a formação das pessoas e a auto-revisão contínua, esperamos que possamos desempenhar melhor nesta área.

Ao mesmo tempo, também queremos reforçar a unificação das informações divulgadas, através do Centro de Informações ao Público. Isso está relacionado com “*One Stop Service*” ao exterior do Governo, especialmente a divulgação dos trabalhos feitos pelo Governo.

Promulgaremos rapidamente as Normas para a Consulta de Políticas Públicas, regulando todos os pormenores da consulta e explicando as questões mais relevantes, de modo a estabelecer relações interactivas entre o Governo e os cidadãos. Esperamos que os cidadãos elevem a sua participação e aprofundem o conhecimento sobre a linha de acção governativa. Sendo aumentada assim, a transparência das informações.

Em relação à construção de uma sociedade íntegra, apoiamos plenamente o ICAC na fiscalização da construção de um Governo incorrupto, tendo como objectivo reforçar o papel de fiscalização do ICAC aos organismos públicos e privados. Insistiremos o melhoramento da gestão e dos processos operacionais dentro do ICAC, fortalecendo a formação profissional das pessoas e a sensibilização para a integridade, bem como reforçando a investigação dos casos transfronteiriços e a cooperação judiciária internacional. Realizámos também, o trabalho de revisão sobre a Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa em Julho.

Segundo o cronograma actual, esperamos que o Regime Jurídico de Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais possa ser apresentado à Assembleia Legislativa para a apreciação.

Em 2010, o ICAC tratou 156 casos de anti-corrupção, os 632 casos de impugnação administrativa, realizando também 391 palestras de sensibilização para a integridade.

Uma sociedade saudável, incorrupta e harmoniosa é reivindicação fundamental dos cidadãos, sendo também uma garantia essencial na concretização dos princípios “Um País, Dois Sistemas”, “Administração de Macau por Pessoas Locais” e “Alto Grau de Autonomia”, uma pedra angular do desenvolvimento sustentável da RAEM. Por isso, o Governo da RAEM vai firmemente seguir este caminho, empenhemo-nos no melhoramento da transparência da acção governativa e na construção de uma sociedade íntegra.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Chui Sai Peng: Obrigado, Sr. Presidente.

Chefe do Executivo:

Um bom civismo desempenha um papel fundamental na promoção do progresso social e do desenvolvimento saudável para a legalidade democrática. O Governo da RAEM tem conhecido profundamente sobre isso, especialmente não poupava nenhum esforço na educação cívica aos jovens. Em 2003, a DSEJ encarregou a Universidade de Macau a realizar o estudo do “Sistema de Indicadores sobre a Juventude em Macau”, recolhendo os dados de longo prazo relativos ao dever cívico e à participação cívica, os quais foram considerados como uma parte muito importante na política educativa de Macau. Na realidade, vários Serviços do Governo já fizeram imensos trabalhos relacionados. Por exemplo, Regulamento Geral dos Espaços Públicos do IACM, divulgação jurídica da DSAJ, divulgação de cumprimento de lei e encorajamento de denúncia do PSP e do ICAC, divulgação de conservação energética do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético (GDSE) e divulgação de protecção ambiental da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) etc. Por isso, a educação cívica é realmente um trabalho que carece de participação universal e cooperação entre todos os departamentos governamentais.

Hoje em dia, todos os cidadãos almejam uma sociedade cívica, a educação relacionada deve destinar-se, a longo prazo, para toda a população. Nesse caso, sua Excelência poderia apresentar o desenho geral, de modo que os cidadãos possam reflectir seus direitos e responsabilidades devidas em relação à cognição e ao comportamento?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Chui Sai Peng.

Quanto à definição, a educação cívica pode ser dividida em ampla ou estreita. A ampla refere-se ensinar deveres e direitos aos cidadãos, enquanto a estreita se refere uma disciplina no ensino formal.

Em relação a esta questão, pessoalmente, considero que Macau, como uma sociedade aberta e diversificada, a existência de valor pluralista é compreensível e deve ser respeitada. De facto, espíritos principais (tais como tolerância, simpatia, solidariedade) e características naturais (tais como harmonia, diligência, respeito aos idosos e carinho às crianças) consistem numa parte fundamental dos espíritos dos cidadãos de Macau, estes também fazem parte da crença de Amor pela Pátria e por Macau. Esta crença é garantia fundamental para a estabilidade social e para o desenvolvimento estável económico. Portanto, penso que devemos consolidar e divulgar este espírito, concentrando os consensos sociais e estabelecendo uma relação cooperativa e confiança mútua.

O fortalecimento da educação cívica é considerado como uma das políticas-chave do Governo da RAEM, sendo uma condição essencial para a construção de uma sociedade harmoniosa e estável a longo prazo. Portanto, há muitos trabalhos por fazer no futuro. Promovendo, através da DSEJ, nas instituições educativas, a educação cívica aos alunos. Actualmente, de acordo com a Lei de

Bases do Sistema Educativo do Ensino Não Superior, formar cidadãos com boas qualidades morais e democráticas é considerado como o objectivo. As instituições básicas já colocaram o ensino moral e cívico no programa curricular, preparando-a a partir do ensino não superior.

Contudo, a educação cívica é um trabalho de longo prazo, então penso que além das escolas, toda a sociedade também deve, activamente, participar nela. A fim de formar comunidades a diversos níveis, tais como voluntários e associações cívicas, o Governo está disposto a oferecer oportunidades e recursos. Acredito que após um longo período, os nossos cidadãos vão ter, correctamente, um valor e uma visão.

Considero que o sucesso do trabalho deve juntar esforços, não só do Governo, como também das escolas, comunidades sociais e muitas organizações. Como se pode ver, com o desenvolvimento da sociedade, altera-se o valor de cada geração, bem como os seus hábitos e comportamentos. Nomeadamente, sob a influência do avanço tecnológico, assim como o desenvolvimento das informações, resultando numa grande mudança da cada geração. Mas em geral, esperamos que a próxima geração possa ter um valor correcto e prestar mais esforços para o desenvolvimento de Macau.

Agora queria partilhar, com vocês, algumas reportagens que li no jornal. Pessoas asiáticas, especialmente os chineses, depois de ser formados pelo ensino superior, ganharam vários êxitos e prémios internacionais. Todo o mundo sabe, os chineses obtiveram muitos sucessos, sobretudo na América do Norte, assim como na China, alguns prémios internacionais da pesquisa já foram registados em patentes. No entanto, hoje em dia, existem alguns pais que mimam os seus filhos. Recentemente, acabei de ler alguns artigos. Não vou oferecer nenhum argumento sobre estes artigos, porque só dei uma olhada, mas vou dar três exemplos para a vossa referência: 1. muitas crianças não sabem amarrar cadarços antes de serem graduadas na escola primária, porque foram mimados demais pelos seus pais; 2. algumas crianças não conseguem comer independentemente uma fruta, por exemplo, não têm capacidade de cortar uma laranja; 3. este é ainda mais interessante, alguns pais moram nas escolas para fazer o acompanhamento, cuidando todos os pormenores da vida dos seus filhos. No final, a maioria dos alunos preferem comer banana, uma vez que esta é mais fácil de ser tratada.

Podemos ver, talvez a educação varie de geração a geração. Além do Governo e da escola, os pais desempenham um papel fundamental, relativamente à educação das crianças. Isso também faz parte da educação cívica, sendo o núcleo da família. Hoje em dia, muitas famílias só têm um filho, com o melhoramento da condição económica, todos os recursos são usados para esta criança única. Pode-se ver um fenómeno em muitas reportagens, quase três gerações estão a cuidar uma criança só, incluindo avós maternos e paternos. Isto reflecte uma questão, estamos numa sociedade em avanço, por um lado, vemos muitas pessoas excelentes, por outro lado, também vemos alguns problemas factuais. Nestes termos, penso que a educação cívica é fundamental, a qual carece da participação activa do Governo, da sociedade, da escola e dos pais.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Tsui Wai Kwan, faça o favor.

Tsui Wai Kwan: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

Nos últimos anos, a questão da inflação tem vindo a ocupar o primeiro lugar da lista das questões sociais de Macau. O Governo tem vindo a implementar medidas de apoio aos grupos fragilizados, facto que consegue, directa e eficazmente, aliviar as respectivas pressões, o que merece o nosso reconhecimento. No entanto, a inflação continua a causar incómodos à nossa sociedade. Em Junho do corrente ano, a taxa de inflação anual atingiu os 5,65%, número esse que bateu o recorde dos últimos 30 anos, prevendo-se ainda um crescimento contínuo, no futuro próximo.

Face ao agravamento da inflação, as pressões sentidas pelos grupos fragilizados também continuam a aumentar. Qual é a opinião do Governo sobre este período relativamente prolongado de inflação? Face à inflação, de que medidas e políticas dispõe o Governo para salvaguardar a vida dos grupos fragilizados e a qualidade de vida de todos os residentes? Nos últimos dias, a economia mundial tem vindo a sofrer grandes oscilações. Sr. Chefe do Executivo, qual é a sua previsão para a economia, no futuro?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Tsui Wai Kwan.

Em primeiro lugar, gostaria de responder a última parte das perguntas levantadas pelo Deputado Sr. Tsui, relativo ao impacto para o desenvolvimento económico e financeiro de Macau, causado pela descida da classificação do crédito soberano dos EUA. O seguinte relatório é muito simples, sendo uns pareceres feitos pela Secretária para a Economia e Finanças e pelo Gabinete de Estudo das Políticas, após umas pesquisas relacionadas. A classificação do crédito a longo prazo dos EUA foi baixada de AAA a AA+. Nesse caso, A economia global está perante uma recessão. No mercado financeiro, cada vez mais investigadores começaram a evitar este risco, resultando assim, numa agitação do mercado mundial de acções. Até agora, ainda não registou uma alteração significativa da evolução monetária e cambial na RAEM, a economia local apresenta com uma boa tendência crescente. Acreditamos que, Macau tem a capacidade de resistir a flutuação exterior. Uma vez que o sistema financeiro de Macau é relativamente estável, o capital fluxo é abundante, a balança de pagamento e finanças registam um saldo positivo a longo prazo. As reservas cambiais de Macau detêm consideráveis activos em dólares americanos e dólares de HK. O dólar continua a ser a principal moeda de reserva global, por isso, a dívida dos EUA é a melhor escolha para os investigadores internacionais, sendo difícil ser substituída por outros bens de investimento.

Mergulhando num ambiente económico externo extremamente instável, os credores dos EUA, tais como banco central e grandes fundos, todos expressaram que não tinham intenção de vender a dívida americana. Em relação à situação económica e financeira da RAEM, o dólar de HK possui uma posição dominante, especialmente a depósitos e activos financeiros dos residentes, empréstimos bancários. Portanto, até este momento, segundo a avaliação, a situação ainda é relativamente estável.

No primeiro semestre de 2011, embora o ambiente económico externo seja muito complicado, Macau continuou manter uma macroeconómica estável. Devido ao impulsionamento da indústria do turismo e dos jogos, no ano corrente, o crescimento real do PIB foi de 21,5%, registando um sexto crescimento consecutivo de dois dígitos desde o quarto trimestre de 2009. No ano passado, a taxa de

desemprego registou a um nível baixo, a do segundo trimestre foi de 2,7%.

Com o desenvolvimento económico contínuo da China continental e de Hong Kong, o número de visitantes para Macau também apresenta um respectivo crescimento. No primeiro semestre deste ano, mais de 13 milhões de visitantes passaram por Macau, registou um aumento anual de 8,3%. As reservas cambiais de Macau já acumularam bastante, bem como superávit fiscal, assim, a base fiscal e financeira tornou-se relativamente estável.

Segundo a expectativa, a economia asiática no segundo trimestre continua a aumentar, bem como a economia da China continental, estes factores são favoráveis ao desenvolvimento sustentável da economia de Macau. Ao mesmo tempo, a implementação formal do 12º Plano Quinquenal e a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, criaram mais condições favoráveis à cooperação regional.

Perante a actual situação económica, o Governo manterá sempre uma atitude prudente, fiscalizando e avaliando activamente o impacto trazido pela mudança da economia mundial. Na nossa opinião, embora a tendência da economia de Macau seja relativamente optimista, ainda é necessário prestar atenção nos factores instáveis, incluindo uma fraca tendência da recuperação económica dos países desenvolvidos, a existência da crise da dívida europeia, o aumento do preço dos produtos agrícolas e energéticos, a flutuação cambial das moedas principais e do mercado financeiro. Para o Governo da RAEM, a tarefa prioritária actual é garantir a estabilidade macroeconómica. Além de fiscalização e avaliação consecutiva sobre o impacto do risco externo, também é necessário implementar positivamente o regime da reserva financeira para a aplicação no ano seguinte, lidando bem com os trabalhos institucionalizados, com vista a responder aos desafios no futuro.

No primeiro semestre, devido aos factores externos, a pressão de inflação de Macau apresentou uma tendência crescente. Até o Julho deste ano, de acordo com a estimativa preliminar, a taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) subiu para 4,59%. Nota-se que, a inflação de Macau é formada, no algum sentido, por forte demanda, factores importados e impacto previsto do preço aumentado, toda a comunidade deve prestar atenção a isso.

Em Abril deste ano, o FMI emitiu "*World Economic Outlook Report*", em que se aumentaram as previsões de inflação do ano corrente e seguinte, as taxas de inflação em 2011 e 2012 das economias emergentes e em desenvolvimento foram aumentadas para 6,9 % e 5,3%, enquanto as da China foram ajustada para 5% e 2,5%. Como a pressão inflacionista mundial continua a existir, por isso, a taxa de inflação de Macau ainda poderá subir. De facto, segundo a análise da Secretária para a Economia e Finanças e do Gabinete de Estudo das Políticas, caso não tomar medidas necessárias, a taxa de inflação anual de Macau poderá ultrapassar 5%.

Tendo em conta a actual taxa de inflação em relação ao crescimento económico, devemos prestar especial atenção a isso. O trabalho anti-inflação tem que ser colocado numa posição prioritária na gestão macroeconómica. O Governo vai acompanhar estreitamente a tendência da inflação no segundo trimestre, especialmente o seu impacto à comunidade desfavorecida. Já lançámos uma série de medidas relativas ao bem-estar, comprometendo que gastaremos 100 bilhões na ajuda das classes

vulneráveis. Além disso, em resposta à tendência crescente da taxa de inflação anual, o Governo da RAEM começou a implementar as medidas aliviadas, incluindo: apresentámos uma proposta judicial à Assembleia Legislativa, em relação à comparticipação pecuniária aos residentes no segundo trimestre, com vista a diminuir a pressão da inflação; ajustámos adequadamente a subvenção, pensão de velhice, pensão de invalidez, bem como a dispensa da renda da habilitação social; implementámos o Banco Alimentar para manter a capacidade de compra da comunidade vulnerável; reduzimos o cargo dos cidadãos nos assuntos públicos através do aumento do subsídio da electricidade e do autocarro; reduzimos o cargo fiscal parcial em termos de emprego e habilitação; estabelecemos o mecanismo conjunto, com vista a elevar a transparência do preço alimentar e fiscalizar periodicamente aos alimentos básicos. Aliás, o Governo da RAEM ainda apoiou várias delegações, no sentido de fazer visitas nas zonas vizinhas, tais como na capital da província de Anhui - Hefei, Tailândia, Taiwan e outros lugares, para discutir ponto a ponto e promover uma cooperação estável a longo prazo, enriquecendo assim as fontes alimentares de Macau.

Perante a situação inflacionista no segundo semestre, o Governo da RAEM irá combater constantemente a inflação. Caso a taxa de inflação continua a subir, o Governo vai lançar uma série de medidas favoráveis para cerca de 5.300 famílias pobres, com vista a garantir sua vida básica.

Ainda devemos fortalecer os três trabalhos seguintes: 1. reforçar a supervisão da circulação aos alimentos básicos de Macau; 2. revisar o nível de despesa de serviço na área pública; 3. aperfeiçoar constantemente a rede de segurança social, com vista a garantir a vida da comunidade vulnerável. Além disso, ainda é necessário governar as expectativas de inflação, para que os cidadãos possam conhecer o preço real e aliviar factores psicológicos formados, mediante a publicação periódica dos dados da inflação e do preço dos alimentos básicos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

José Pereira Coutinho: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. representantes do Governo,

Caros Colegas:

Acredito que o Chefe do Executivo vai concordar que, para um Governo responsável, o trabalho mais importante é resolver as questões dos cidadãos. Para chegar este objectivo, é indispensável ter um estável corpo de funcionário público, encorajando-se o seu espírito combativo. Deixando que todos possam observar o carinho prestado pelo Governo, querem aos funcionários actuais querem aos aposentados, para que tomem decisões apropriadas. Quanto às políticas, acredito que o mais importante é deixar os funcionários aposentados ter uma vida estável. No entanto, há vários problemas que precisam de ser resolvidos, por exemplo, o Chefe do Executivo também tem dúvida sobre o desaparecimento do subsídio de 1000 ou 1 500 MOP. Tais políticas não atendem a época actual, nem dá respeito à Lei Básica.

Contratos laborais pessoais variaram de um para outro, sem

transparência, que carecem urgentemente de ser fiscalizados. Aliás, alguns departamentos do Governo, tais como a Instituto de Habitação, podem-se arranjar trabalhadores, mas o pagamento é realizado por empresa privada. O tal feito tornou-se realmente o espírito abatido.

Até agora, o Governo da RAEM ainda não manifestou nenhuma atitude sobre a questão de dez cemitérios. Em segundo lugar, antigamente, muitos funcionários públicos não foram atribuídos a importância, sendo tratados como lixo. Já que é assim, é melhor calcular o seu tempo do contrato além do quadro, deixando eles ser aposentados mais cedo. Também queria acrescentar a questão de habitação.

Muito obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Presidente: Faça o favor.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado José Pereira Coutinho.

Perdão, poderia dar-me mais pormenores por escrito sobre esta questão, classificadas sobretudo as pessoas que não estão actualmente com aquele 1000 MOP, assim, posso estudá-lo cuidadosamente com os meus colegas. Porque, na verdade, a proposta do Governo da RAEM foi aprovada pela Assembleia Legislativa, o subsídio de habitação foi realmente ajustado, além daqueles com estão com habitação. Se não me engano, este subsídio realmente existe. Por isso, precisamos de repensar, por que surgiu este problema.

Presidente: A questão do José Coutinho é, quanto ao nível jurídico, o subsídio de habitação vai ser cancelado desde a entrada na habitação governamental...

José Pereira Coutinho: O problema não fica por aí. Em relação ao bem-estar do PSP, desapareceu-se o subsídio da habitação social (1000 MOP) do Junho, sem razão nenhuma. Não deveria surgir estas situações injustas.

Muito obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Após a tomada de posse do terceiro Governo, tivemos vários encontros com a comunidade da função pública, contactámos também, directamente, com os funcionários públicos e escutámos as suas opiniões. Em relação às políticas de subsídio, leis e salários, fizemos muitos trabalhos. Claro, estou disposto a conhecer algumas questões especiais, mas a violação de lei tem que ser definida após uma análise cuidadosa. Porque sabemos, tudo tem que seguir a lei, isso é muito importante.

Também gostaria de responder as perguntas levantadas, especialmente sobre o regime de previdência dos funcionários públicos. Ao elaborar este regime, já calculámos o tempo dos subscritores do Fundo de Pensões, agentes além do quadro, contribuintes do regime de pensões de aposentação e de sobrevivência para o regime de contribuinte de previdência, para que eles possam obter um maior benefício. Penso que a lei já foi promulgada, talvez a dúvida levantada hoje não correspondeu à lei, mas ainda temos que seguir a lei. Claro, as leis podem ser alterados, bem como os regulamentos, mas actualmente, têm que ser obedecidas.

Mas na verdade, o que eu quis dizer foi, os agentes públicos são uma propriedade nossa muito valiosa, que está estreitamente com o funcionamento e o desenvolvimento da RAEM. Tínhamos exigências aos funcionários públicos, mas também prestamos muita atenção aos seus vencimentos, bem-estar, benefícios, bem como sistema de aposentação. O Governo tem feito isto, sinceramente, ao longo dos últimos anos. A Assembleia Legislativa já aprovou esta proposta, bem como alguns regulamentos administrativos. Pessoalmente, considero que os agentes públicos promoveram não só o desenvolvimento da sociedade, mas também o do Governo. Por isso, Estou disposto a escutar os detalhes injustos ou imorais. Mas em geral, penso que devemos tratar este assunto, justamente, abertamente, parcialmente e legalmente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Lee Chong Cheng: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

A par do estreitamento dos laços de cooperação inter-regional, a sociedade vai deparar-se com mais oportunidades e desafios e os jovens vão enfrentar um ambiente competitivo cada vez mais feroz. Muitos jovens com expectativas detectaram, após a entrada na sociedade, grandes diferenças entre a realidade e a vida escolar, uma vez que, para além da avareza das empresas no investimento de recursos para a formação, são muitos os trabalhadores não residentes (TNR) e os trabalhadores ilegais, tudo isto constituindo obstáculos não só para a formação de elites locais, como de ascensão a uma classe social mais alta. Muitos jovens desejam apenas dedicar-se à Função Pública, por se tratar de uma vida segura, no entanto as promoções assentes na “experiência” e na “antiguidade” acabam por conduzir à respectiva falta de empenho. Os residentes que são formados em Macau possuem competitividade, no entanto, existem várias incertezas na situação futura de emprego e inúmeros obstáculos no desenvolvimento da vida profissional. O que merece reflexão é a implementação de medidas e políticas de apoio aos jovens para obtenção de emprego, por parte do Governo.

Sr. Chefe do Executivo, com vista a conseguir que os jovens apliquem os conhecimentos adquiridos, desenvolvam as suas competências, promovam a autovalorização e, ainda, que possam ver facilitadas a sua ascensão social e a concretização dos seus sonhos, como é que o Governo vai aperfeiçoar as políticas relativas à juventude?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Lee Chong Cheng.

Quanto à formação dos jovens, tanto o Governo da RAEM como a sociedade, ofereceram realmente muitas oportunidades. A Lei de Bases do Sistema Educativo do Ensino, publicada em 1991, que define o ensino gratuito de 15 anos, oferece completamente oportunidades do ensino não superior aos cidadãos.

Em relação ao ensino superior, todo o mundo sabe que temos imensas políticas para o apoio, a maioria dos alunos secundários podem entrar nas instituições do ensino superior. Caso não preferirem o apoio financeiro, os alunos também podem fazer

empréstimos através do apoio governamental. Se não me engano, o valor máximo pode atingir até 400 000 MOP. O juro não carece de ser pago antes da chegada de emprego. Para os alunos admitidos pelas universidades famosas, temos também uma série de bolsas, para que eles consigam o seu estudo.

Podemos ver, na realidade, quer o Governo da RAEM quer a sociedade, já ofereceram várias oportunidades aos jovens. Temos também outras medidas favoráveis para os jovens, por exemplo, caso não conseguir emprego após a graduação, pode-se fazer estágio no Interior da China nas instituições do ensino superior. Com aproximadamente de 5.500 MOP por mês; incentivaram que as empresas contratam os jovens recém-graduados. Segundo o Regulamento dos Incentivos e Formação aos Desempregados, com o diploma das habilitações do ensino secundário complementar, pode-se receber 12.000 MOP, enquanto com o diploma do ensino superior, subirá para 15.000 MOP, com a duração de 6 meses; em 2009, lançou o Plano de Formação no Posto de Trabalho e de Contratação, que se realizaram totalmente 8 edições.

O que eu quis salientar foi, há uma série de medidas relativas aos alunos desempregos após a graduação, principalmente ao ensino não superior e superior. Como se sabe, o mais importante é oferecer oportunidades pedagógicas, para que não afecte o prosseguimento educativo. Os bons alunos podem frequentar universidades famosas, experimentando culturas diferentes. No entanto, esta situação varia de pessoa para pessoa. Claro, o que eu disse poderia ser incorrecto, porque depois da graduação do ensino superior, a ocasião de cada um é diferente, a sua exigência também pode ser distinta.

No entanto, às vezes, as coisas são imprevisíveis, nem todas as coisas correm como as pessoas desejavam. Normalmente, arranjam primeiramente o emprego e prosseguem posteriormente. Vale a pena discutir sobre este fenómeno. As questões preocupadas que foram referidas por muitos jovens são: 1. muito provavelmente, não seguiria a área do estudo no futuro; 2. poderiam ser concretizadas, passo a passo, as metas desejadas. Se realizarmos um inquérito ao Emprego, acredito que: 1. poucas pessoas conseguem trabalhar na sua área disciplinar. 2. Não é tão fácil atingir a sua meta. Como se sabe, aplica-se sistema capitalista em Macau, existe sempre a questão de oferta e demanda, bem como a competição de pessoas qualificadas. Quando muitos candidatos concorrem uma vaga, o chefe seleccionaria sempre o melhor. Portanto, a vida não é tão fácil, os jovens têm que obter primeiramente mais experiências, avançando gradualmente.

Penso que a questão do Deputado Lee é muito útil, muitos jovens de Macau podem realizar o seu sonho, essa é umas das coisas mais maravilhosas da nossa vida. No entanto, nem todos os sonhos podem ser concretizados, favoravelmente.

Recentemente, li um livro, em que mencionou a preocupação com os jovens. Considero que o Governo e a sociedade já ofereceram oportunidades pedagógicas aos jovens, prestaram-se imenso apoio no ensino superior. Contudo, muitas vezes, após a graduação, não há um plano formal para guiar o seu futuro. Mas acredito que há muitas dificuldades. Uma vez que estamos numa sociedade comercial, o mercado decide a oferta e a demanda. Então devemos preparar no começo, implementando bem a educação cívica. Os cidadãos podem dar contributo a Macau, desde que possuam um valor correcto. No entanto, caso não conseguiram atingir o seu objectivo, os jovens podem ter muita pressão. Nesse caso, penso que muitos grupos podem contribuir para esta área, deixando os jovens conhecer mais

coisas e compartilhando mais experiências com eles. Aliás, o Governo da RAEM e a sociedade também devem continuar a apoiá-los, evitando o abandono do ensino superior por causa da dificuldade económica. Às vezes, o seu destino não corresponde ao planeamento anterior. Vale muita pena discutir sobre esta questão, porque essa é fundamental para o seu crescimento. A amplificação da visão nos trabalhos diferentes é favorável ao seu crescimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Ho Sio Kam: Obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

A “prosperidade de Macau baseada na educação” é uma das linhas prioritárias da acção governativa. Se considerarmos os primeiros dez anos da RAEM como uma fase para consolidação de alicerces, nomeadamente mediante a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo não Superior e a implementação dos 15 anos de escolaridade gratuita, os segundos dez anos serão, então, a fase de ouro do processo de transformação qualitativa. Como se articulam, entre si, o “Quadro geral do pessoal docente”, o Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Ensino Não Superior, o quadro curricular da educação regular, etc.? Como vai o Governo traçar um plano integrado para promover o desenvolvimento sustentável da educação? A entrada em vigor do referido quadro geral vai requerer um aumento do número de docentes. De que medidas dispõe o Governo para incentivar a inscrição de finalistas excelentes, nos cursos de formação pedagógica?

São estas as duas perguntas que queria colocar.

Obrigada, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente e Sra. Deputada Ho Sio Kam.

Sabemos, o Governo da RAEM atribui sempre uma posição prioritária à educação. Acabei de falar sobre o planeamento do ensino não superior nos próximos dez anos, bem como a coordenação entre o Quadro da Organização Curricular da Educação Regular e regulamentos relativos às exigências básicas da habilitação escolar, após o lançamento do Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior. Incentivamos os bons alunos secundários a frequentar instituições normais, para que sejam professores qualificados no futuro.

Ao longo dos últimos dez anos, o Governo da RAEM tem seguido o caminho educativo do ex-Governo. A Lei de Bases do Sistema Educativo do Ensino promulgada em 1991, define claramente o planeamento da educação, na qual, salienta-se, especialmente, a implementação progressiva do ensino gratuito. Enquanto nestes dez anos, o presente Governo alterou a Lei de Bases do Sistema Educativo do Ensino Não Superior, implementando simultaneamente o ensino gratuito de quinze anos e de turmas reduzidas, entre outros. Nesse processo, recentemente, prestamos muita atenção ao Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior, que está a ser deliberado na especialidade pela Assembleia Legislativa. Temos alguns regulamentos especiais para acompanhar toda a Lei de Bases do Sistema Educativo do Ensino Não Superior. O quadro da organização curricular que acabei de falar, está

relacionado com o desenho e repartição das aulas; as exigências básicas da habilitação escolar têm a ver com a definição das disciplinas distintas e áreas de estudo etc. Penso que os departamentos educativos necessitam algum tempo para fazer a implementação e cooperação. No entanto, a proposta de Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior é dedicada sinceramente para os professores, independentemente do seu estatuto profissional, garantia aposentada, respeito profissional e assim por diante.

Quanto ao desenvolvimento de toda a educação, penso que no plano de dez anos, as primeiras duas consultas por escrito já foram arrumadas, ambas as consultas tomaram a educação como prioridade, aumento da qualidade educativa, promoção da equidade educativa, desenvolvimento do diversificado sistema escolar. Podemos ver claramente, desejamos que todos os cidadãos da idade escolar possam receber a oportunidade educativa, progredindo gradualmente para uma educação com boa qualidade, como referida pela Deputada Ho Sio Kam.

Fizemos bastante trabalho, por isso, estou muito confiante no desenvolvimento da educação de Macau. No entanto, diferentemente comparada com muitos países e regiões, a proporção das escolas públicas é relativamente baixa nas instituições do ensino não superior, portanto, as escolas particulares desempenham um papel muito importante, o Governo também apoiá-las tanto nas políticas como nos recursos. Isto é muito importante. Portanto, muitas vezes, o Governo e as escolas são duas partes fundamentais para o sucesso. Este consiste em esforços conjuntos de duas partes. Tentamos o nosso melhor possível em executar as políticas, recursos, medidas, nesse caso, creio que o sucesso depende mais da escola.

Uma vez que a proporção das escolas particulares é tão elevada, estas escolas particulares desempenham um papel importante na melhoria da qualidade pedagógica, bem como no alcance dos objectivos desejados. As escolas públicas não ocupam uma proporção elevada, mas assumem umas tarefas especiais, tal como ensino especial, enquanto mais de noventa por cento das escolas são particulares, cuja proporção é muito elevada. Como as escolas particulares podem desempenhar melhor a sua função sob o apoio do Governo, penso que é uma questão muito importante. O Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino não Superior destina-se a apoiar os professores particulares, melhorando gradualmente a qualidade pedagógica, para que os nossos alunos possam receber uma melhor educação. Só uma educação com boa qualidade consegue produzir pessoas qualificadas, penso que isso é mais importante. Quanto às instituições normais, muitos jovens fizeram esta opção, o que podemos fazer é oferecer condições, a escolha é deles. Penso que o encorajamento é uma melhor saída, porque antigamente, devido à falta de enfermeiras, o Governo também já incentivou os jovens a frequentar escolas de enfermagens. Então, o Governo está disposto a apoiar os bons alunos a frequentar cursos nas instituições normais. Actualmente, como as opções são imensas, a estratégia de guia também é importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Sio Chi Wai.

Sio Chi Wai: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo,

Srs. representantes do Governo,

Caros Colegas:

A habitação é, actualmente, o problema que mais desperta a atenção da população. Não há qualquer conflito entre a adopção de medidas de curto prazo e a definição de medidas de longo prazo, para satisfação das necessidades quanto a isso. As 19 mil habitações prometidas pelo Governo já é uma medida de curto prazo para satisfazer a urgente necessidade da população, que vai permitir atenuar a grande procura de habitação pública. Só que a solução saudável não é depender, constante e meramente, dos recursos públicos para satisfazer a necessidade de habitação de toda a população. Neste sentido, é indispensável haver uma política de habitação abrangente, completa e aperfeiçoada, pois só assim é que se consegue partilhar e mobilizar os recursos sociais, de forma adequada e científica. No que diz respeito à habitação pública, a atenção tem que ser dada, prioritariamente, ao grupo mais carenciado, especialmente às pessoas idosas e deficientes. Além disso, deve prestar-se apoio àqueles que têm capacidade para amortizações, para adquirirem fracções no mercado privado, pois só assim é que se conseguirá garantir as condições básicas de habitação da população da camada de base, e permitir que a maioria da população partilhe do fruto do desenvolvimento económico, elevando assim a qualidade de vida de cada um, promovendo a estabilidade social e garantindo o desenvolvimento sustentável da economia.

Tornar as políticas habitacionais mais transparentes e claras, pode, por um lado, melhor orientar a população em como definir o seu plano de aquisição de imóvel, e permite, por outro, o reforço do diálogo interno da Administração, contribuindo assim para uma melhor execução das políticas. Senhor Chefe do Executivo, o Governo prometeu, várias vezes, que a construção daquelas 19 mil habitações públicas ia ficar concluída, faseadamente, em 2012. Qual o ponto de situação dessas obras? Além dessas 19 mil habitações, dispõe o Governo de algum plano de longo prazo, relativo à habitação? Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Sio Chi Wai.

“Habitação para todos, bem-estar para todos” tem sido o objectivo primordial da política de habitação do Governo da RAEM, na qual “cabe à habitação social o papel principal e à habitação económica o papel secundário” é o princípio. O Governo tem empenhado uma política de habitação que corresponde ao interesse comum, colaborando-se com habitação social, económica e privada para responder às demandas diferentes. Esperamos que o projecto de oferta das dezanove mil habitações públicas possa ser concretizado no fim do próximo ano. Caso for possível, Sr. presidente, conseguimos apresentar um documento que lista mais de 19.200 unidades, assim como a situação do andamento do projecto.

Tomam o ambiente económico e recursos disponíveis como partida, o Governo da RAEM governa o mercado imobiliário através de várias medidas, tais como bonificação ao juro de 4%, imposto do selo especial e restrição do empréstimo para aquisição de habitação etc. Após um período de aplicação, o resultado foi bastante positivo. Segundo as estatísticas recentes, o volume de transacções das habitações privadas em Maio reduziram 18,4%, em comparação com o mês anterior, enquanto o do Junho reduziram 22,2%, comparado com o do Maio.

A habitação pública de Macau consiste em habitação social e habitação económica. A Habitação pública vai continuar a seguir o princípio que acabei de falar. O Governo vai avaliar cientificamente os recursos necessários no futuro, tomando medidas adequadas na distribuição da habitação pública, de forma justa, aberta e imparcial. Até o final do 2010, além de 30.890 famílias que moravam na habitação pública, ainda há 24.686 famílias que receberam bonificação ao juro de 4%, apoio para Aquisição de Habitação Própria, abono de residência, estas duas partes ocuparam 31,9% dos residentes de Macau.

Além disso, segundo a nova lei sobre a distribuição de habitação social, revisada em 2009, os arrendatários actuais de longo prazo e os novos candidatos devem receber novamente uma avaliação económica, a fim de garantir um adequado uso dos recursos públicos. A revisão desta lei garante também que os novos arrendatários possam fazer mudanças, justamente e mais rapidamente possível. Após a entrada em vigor da nova lei, pode-se ver gradualmente o efeito desejado.

Para satisfazer as necessidades habitacionais básicas do público, o Governo tem esforçado em várias maneiras para ganhar o reconhecimento social. O projecto de oferta das dezanove mil habitações públicas será iniciado antes do Setembro deste ano. Por enquanto, o Governo ainda tem cerca de 6.300 habitações públicas a serem reservadas. Temos mais de 3.000 habitações públicas que estão planeadas, e mais de 2.000 reservadas. Em relação à habitação pública, por agora, só tenho estas informações.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Ng Kuok Cheong: Exmo. Sr. Chefe do Executivo e Sr. Deputado Sio:

Atenção, a dificuldade do projecto de oferta das dezanove mil habitações públicas é, segundo o nosso plano, até agora, somente 3.843 unidades foram construídas, 509 dias antes de *deadline*. Estas unidades concluídas ainda não estão utilizadas completamente e imediatamente. Há 3 meses, o Chefe do Executivo comprometeu o acompanhamento das habitações económicas da Praça da Tranquilidade, que já se encontram concluídas e desocupadas, mas não foram distribuídas aos cidadãos. No entanto, até agora, a questão ainda não foi resolvida. Claro, de qualquer forma, isso vai ser resolvido. Na realidade, o projecto de oferta das dezanove mil habitações públicas já chegou quase ao fim. O problema está focalizado em lançar medidas novas, para que esta questão seja resolvida.

Será que o Chefe do Executivo possa prometer, este ano, a aceleração da inscrição da habitação social e económica? Será possível criar mais 40 mil habitações públicas e estabelecer um novo prazo de espera, para que os candidatos possam ter uma habitação no prazo de 3 anos? Além disso, anteriormente, deixaram-se sair os arrendatários da habitação social que não estiveram em condições. Mas após uma revisão, descobrimos que o limite máximo de rendimentos é demasiado baixo. Agora, aumentou-se o limite máximo, então o que é que os arrendatários saídos podem fazer? Será possível fazer uma reavaliação sobre as situações deles, para que alguns deles consigam voltar à habitação pública?

Além disso, já foi definido o subsídio de 4.400 MOP às pessoas com baixo rendimento, “*não é considerado como rendimento para efeitos das disposições legais que tenham por base esse conceito quer para a criação de deveres quer para a concessão de direitos*”. Ou seja, ao candidatar a habitação social, este subsídio não é considerado como rendimento. No entanto, pensões de velhice e invalidez ainda são consideradas como um tipo de rendimento, será justo assim? Espero que esta questão possa ser resolvida mais rapidamente possível.

Muito obrigado!

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Ng Kuok Cheong.

Muitas perguntas foram lançadas, de forma muito rápida, mas vou tentar o meu melhor possível para as responder. Caso possa dar-me estas questões por escrito, ficaria contente em respondê-las novamente.

Em relação à habitação económica da Praça de Tranquilidade, como se sabe, a sua proposta já está a ser aprovada na especialidade na Assembleia Legislativa, desde que seja aprovada, poderemos realizar imediatamente os trabalhos relacionados.

Ontem, alguns cidadãos entregaram cartas pessoais para mim, já li cerca de dez cartas. Esta manhã, já discuti com o Secretário Lau Si Io sobre isso. Ainda vamos discutir detalhadamente sobre as questões mencionadas. A pensão de velhice subiu de 1.700 a 2.000 MOP, segundo o relatório feito pelo IPM (Instituto Politécnico de Macau), o Risco Social ainda vai subir. Portanto, devemos acompanhar e tratar este problema.

Claramente, todas as medidas a serem tomadas deverão seguir as leis e os regulamentos actuais, bem como as circunstâncias reais. Ao longo de mais um ano, o Secretário Lau e os seus colegas já fizeram bastante trabalho em relação ao relatório. Por exemplo, o projecto das dezanove mil habitações públicas. No entanto, será muito difícil realizar o projecto das quarenta mil habitações públicas. Estamos muito preocupados com esta questão. Por quê? Porque sabemos, esta proposta já foi levantada há muito tempo. O objectivo final do projecto das dezanove mil habitações públicas é fazer os interessados morar nas unidades.

A nova Lei da Habitação Económica vai ser lançada em breve, enquanto a lei da Habitação Social também vai ser alterada, após a promulgação destas duas leis, vamos estudar e implementar esta estratégia. O que posso prometer é, após o término do projecto das quarenta mil habitações públicas, fizemos imediatamente o próximo plano, mais de 3.000 habitações públicas já estão no nosso plano, e mais de 2.500 terrenos foram reservados. Isso quer dizer, certamente, ainda vamos realizar mais projectos, mas tudo depende, não posso dar presentemente uma resposta certa. Uma vez que não tenho a certeza sobre os assuntos além da minha capacidade. Em primeiro lugar, acho que será melhor tratarmos bem o projecto das dezanove habitações públicas.

Na Assembleia Legislativa, já prometi várias vezes que o Governo vai prestar o melhor esforço possível para a realização do objectivo do projecto. Esta foi a promessa que eu tinha feito, no entanto, temos que saber a habitação social e económica é diferente. A habitação social destina-se aos residentes vulneráveis, enquanto a habitação económica destina-se à venda. Portanto, esta questão tem a ver com

muitos factores, um dos mais destacados é o mercado imobiliário. Ao longo das três décadas, podemos ver que quando o mercado imobiliário apresentou uma depressão, as pessoas não estavam dispostos a comprar habitação social, embora o preço seja acessível. Então gostaria de conhecer primeiramente as questões acumuladas, em vez de fazer outras promessas. O Governo tem feito estes trabalhos sinceramente, o público pode fazer consultas nos documentos apresentados ao Presidente, com vista a saber o nosso próximo plano, e oferecer mais opiniões sobre a estratégia do uso da habitação pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Ho Ion Sang.

Ho Ion Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

Após terem participado na 35.^a reunião da Comissão do Património Cultural, em meados de Junho, alguns dirigentes afirmaram que, na opinião daquela Comissão, não se pode apresentar uma conclusão arbitrária relativa aos trabalhos de protecção do património cultural de Macau, até à data de aprovação da “Lei de salvaguarda do património cultural” e à divulgação do planeamento urbanístico, e que não se pode ainda exigir ao Governo da RAEM que exponha, até 1 de Fevereiro de 2013, o relatório sobre o planeamento urbanístico e o centro histórico de Macau. Constatase, através desta situação, que a sociedade de Macau está a encarar um ponto de viragem. Quais são os princípios que o Governo vai adoptar como valores fulcrais perante o património cultural, o planeamento urbanístico e o desenvolvimento sustentável? Por isso, no que respeita à futura gestão e uso de terrenos, não se deve apenas proceder à revisão da Lei de Terras para remediar a irracionalidade registada na concessão de terrenos, no passado. É ainda necessário ter em conta a situação típica de Macau, isto é, a sua condição de património mundial, os monumentos históricos e o planeamento geral de urbanização devem constituir factores de consideração. Para além disso, é ainda premente dar respostas credíveis às exigências do público, em relação à necessidade de uma maior abertura e transparência na gestão e uso dos terrenos, por parte do Governo da RAEM, de modo a facilitar a participação substancial do público, nessa matéria. Pelo exposto, espero que o Sr. Chefe do Executivo possa responder às seguintes questões:

Afinal, como é que poderão ser reveladas as características do Património Cultural de Macau, no futuro desenvolvimento da sociedade? Como é que o futuro planeamento urbano poderá coordenar-se e articular-se com a protecção do ambiente natural e das peculiaridades históricas? Neste momento de vazio, em que se está a proceder à revisão da Lei de Terras e, na falta das leis do Planeamento Urbanístico e de Protecção do Património Histórico, pode fazer a promessa de que a Pequena e a Grande Taipa não voltam a ser afectadas, devido ao excesso de exploração? E pode garantir que não se permitirão mais obras de construção.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Ho Ion Sang.

No processo de revisão, a Lei de Terras e a Lei do Planeamento Urbanístico passaram por uma consulta pública, especialmente a Lei de Terras. A alteração sempre acompanha o desenvolvimento. Em 2008, fez-se uma consulta sobre bases gerais da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, em 2009, fez-se uma consulta sobre a proposta, agora já foi submetida ao Conselho Executivo, creio que a proposta formal vai ser submetida rapidamente à Assembleia Legislativa.

O património cultural representa a história e a mudança duma sociedade, sendo um valor núcleo social, sem dúvida alguma, devemos salvaguardá-lo. Os dois regulamentos sobre a protecção do património cultural, publicado respectivamente em 1984 e 1992, são mecanismos de protecção mais avançados na Ásia, tendo um papel muito importante para salvaguardar o património cultural do território. O ex-Governo já fez bastante trabalho, Macau possui tantos patrimónios culturais. Após o retorno, a salvaguarda do património cultural tem constituído uma das tarefas prioritária do Governo da RAEM. O facto de que o Centro Histórico de Macau ter sido listado, em 2005, no património mundial. Na realidade, especialistas do Comité do Património Mundial da UNESCO e da China continental deslocaram muitas vezes para Macau, com vista a realizar trabalhos de estudo. Como se pode ver, o ex-Governo fez muitos trabalhos, por exemplo, as duas leis relativas à salvaguarda do património cultural são avançadas na Ásia. Se não me engano, temos mais de 120 prédios antigos que foram completamente salvaguardados, construiu-se uma boa base para a declaração do Centro Histórico de Macau – Património Mundial.

O Governo da RAEM preserva uma atitude muito prudente sobre a protecção actual ao Centro Histórico de Macau – Património Mundial e à zona-tampão. De 2005 até hoje, nesta área, nunca houve violação das regras, em relação à protecção e gestão. Para o desenvolvimento duma cidade, é necessário manter um equilíbrio entre a salvaguarda cultural e o desenvolvimento económico. Por essa razão, o Comité do Património Mundial vai ver regularmente o impacto do desenvolvimento ao Centro Histórico. Nesse sentido, estamos activamente a cooperar.

A exigência da última conferência, de facto, foi e mesma comparada com o anterior, espera-se que tenha um plano adequando com o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, espero que as leis relacionadas possam ser promulgadas mais rapidamente possível, tais como a Lei de Salvaguarda do Património Cultural, Lei de Terras e Lei do Planeamento Urbanístico etc. Estamos muito confiantes e temos a capacidade de cooperar com o Comité do Património Mundial. Reparem uma coisa, a coordenação também vem mudando. Uma vez que o desenvolvimento urbano não pode ficar inalterado por causa da protecção do património cultural. No entanto, o nosso princípio é salvaguardar o Centro Histórico e a zona-tampão, de acordo com a nossa promessa feita ao Comité do Património Mundial. Uma vez que o desenvolvimento urbano não pode ficar inalterado por causa da protecção do património cultural. Isso também já inclui os mencionados, tais como litoral, aresta da montanha etc.

Será errada, cem por cento, construir arranha-céus, em caso de desenvolver uma nova zona? Na verdade, ao construir arranha-céus, a proporção entre o espaço e a protecção ambiental é fundamental. Há vários sítios tinham feito isto. No entanto, não vamos violar a promessa anterior, salvaguarda bem o Centro Histórico e zona-tampão, incluindo a revisão sobre Lei de Terras, da Lei do Planeamento Urbanístico e da Lei de Salvaguarda do Património

Cultural, e Lei do Planeamento Urbanístico. Olhamos para atrás, as terras não eram tão preciosas como hoje. Os investidores também eram diferentes em comparação como os de hoje, por causa da razão histórica. Mas olhando para a frente, certamente, vamos promulgar a Lei de Terras e a Lei do Planeamento Urbanístico, com vista a corresponder às necessidades do desenvolvimento actual.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Vamos suspender a reunião por 30 minutos.

(Intervalo)

Presidente: Bom, declaro reaberta a sessão. Sr. Deputado Chan Wai Chi, faça o favor.

Chan Wai Chi: Obrigado, Sr. Presidente.

Recentemente, em resposta à inflação e ao desenvolvimento social, o Chefe do Executivo elevou o tecto da pensão de velhice, bem como o tecto do rendimento para candidatar-se a habitação social. Recebi uma resposta do presidente do Fundo de Segurança Social, Sr. Ip Peng Kin, relativo à eliminação da pensão de velhice do rendimento mensal total dos candidatos. Nos termos da Lei n.º 4/2010, o presidente manifestou que não há nenhum artigo define que a pensão de velhice não pode ser considerada como rendimento, por isso o Instituto da Habitação conta a pensão de velhice no rendimento mensal total. Assim, aqueles idosos recebem a pensão de velhice e trabalham simultaneamente, foram retirados no final, após muitos anos de espera.

Sua Excelência, Chefe do Executivo, o Governo tem que ter algumas condições para dar pensão de velhice. Incluindo a contribuição de muitos anos de beneficiário, mas é muito estranho que esta contribuição foi considerada como parte do rendimento. Por exemplo, um idoso com idade inferior a 65 anos, recebe mensalmente 6.900 MOP, pode candidatar-se para a habitação social; um idoso com idade superior a 65 anos, recebe mensalmente 5.100 MOP, não pode candidatar-se para a habitação social, porque ainda recebe 2.000 MOP de pensão de velhice. Tal disposição é razoável. Será justo para aqueles idosos que têm necessidades de morar na habitação social? Reparem, eles podem ficar desemprego em qualquer momento, como o Chefe do Executivo mencionou, eles pertencem ao grupo desfavorecido que necessitam de ser cuidados em Macau. Todos nós temos o carinho. O Chefe do Executivo poderá dar uma oportunidade para os idosos com idade superior a 65 anos, através de não contemplação da pensão de velhice como parte o rendimento mensal? Ao mesmo tempo, recupera a qualidade dos idosos removidos na fila de espera. Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Penso que já falei sobre esta questão, mas quero falar mais uma vez. Todos nós estamos preocupados com os cidadãos, especialmente os vulneráveis, isso também já foi listado claramente na política da habitação, com vista a garantir que todos tenham uma casa própria. Por isso, penso que poderemos definir alguns princípios, isto é, o poder executivo do Instituto de Habitação. É claro que, após a execução, apresentaram-se muitas opiniões diferentes, mas o presente regulamento ainda está em vigor.

Como acabei de mencionar, também recebi ontem 10 cartas dos residentes, nas quais falaram também sobre esta questão. Já discuti como o Secretário Lau, vamos estudar cuidadosamente os casos,

um por um.

Nesse processo, temos várias questões a serem discutidas: 1. o tempo definido pelo Instituto de Habitação; 2. a actualização dos passos relacionados, por exemplo, o montante da pensão de velhice; 3. a consideração das situações específicas, em que envolve faculdades especiais no poder executivo. Estou totalmente acordo que, o objectivo final é cuidar os residentes desfavorecidos. De facto, a pensão de velhice prestada pelo Fundo de Segurança Social é um sistema. No futuro, esperamos que o sistema possa ser mais completo, de modo que coordena bem entre a proporção da contribuição e o investimento do Governo, com vista a elevar a receita dos aposentadores.

Recentemente, muitas pessoas manifestaram a sua perspectiva, desejavam que a pensão de velhice possa subir de 2000 MOP a 3000 MOP. Por isso, a questão não está unicamente relacionada com 2000 MOP. Por definição, agora eu vejo que, a receita básica é um bom tema a ser estudado. Hoje já vemos os artigos na especialidade do regulamento administrativo, por isso, deixamos algum tempo para o Secretário Lau e os seus colegas. Temos um compromisso, que vamos ver todos os casos. Estamos com vários assuntos: melhorar a segurança social, nomeadamente, pensão de velhice e risco social; o outro é o montante da pensão de velhice. Ao mesmo tempo, o novo critério também está relacionado com o registo do prazo de espera, relativo à habitação social. Então, posso prometer que vamos ter muito cuidado e tratar mais rapidamente com os casos de queixas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr.^a Deputada Leong On Kei.

Leong On Kei: Obrigada Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo

Sr. Presidente

Caros colegas

O desenvolvimento de Hong Kong e de Macau está fixado num só capítulo do 12.º Plano Quinquenal da Nação, indicando claramente o seguinte: “apoiar Macau a construir-se como Centro Mundial de Turismo e de Lazer, promovendo a sua diversificação económica”. Isto bem demonstra que o Estado tem dado atenção ao desenvolvimento de Macau. Que estratégias vão ser adoptadas pelo Governo para concretizar a meta de transformar Macau num “Centro Mundial de Turismo e de Lazer”? Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sra. Deputada Leong On Kei.

Com a assinatura e a implementação do 12º Plano Quinquenal, das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas” e do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau”, Macau é definido como Centro de Turismo e de Lazer a Nível Mundial. Anteriormente, muitas pessoas nos ofereceram suas opiniões relativas ao entendimento e à definição do Centro de Turismo e de Lazer a Nível Mundial. Então, vou aproveitar a oportunidade de hoje, falando algumas definições e direcções relativas ao Centro de Turismo e de Lazer a Nível Mundial, de acordo com estudos feitos,

incluindo uma série de estudos feitos pelas instituições encarregadas pelo Governo da RAEM, tais como Academia Chinesa de Ciências Sociais, pelo Instituto de Formação Turística (IFT) e pelo Gabinete de Estudo das Políticas. Entre os quais, alguns estudos duraram mais de um ano.

Em termos gerais, “Centro Mundial de Turismo e Lazer” significa um destino de renome internacional, que desenvolve de acordo com as normas do mundo moderno, e oferece óptimas condições de saúde pública, segurança, sistema de protecção ambiental para que as pessoas tenham uma vida saudável, feliz e de lazer. O centro deve proporcionar também um óptimo ambiente para negócios e outras actividades. O conteúdo principal consiste em três elementos: uma cidade turística, uma cidade de lazer, uma cidade a nível mundial; em quatro características: adopta como forma o turismo, tem como essência o lazer, segue a direcção em tornar-se num centro e oferece qualidade a nível mundial: propícia para movimentar, propícia para viajar, propícia para recreação, propícia para trabalhar e propícia para viver. O Centro de Turismo e de Lazer a Nível Mundial deve ser uma cidade turística. Cidade turística refere-se uma cidade que se desenvolve pela indústria do turismo. Sem o desenvolvimento do turismo, a economia da região terá de enfrentar enormes dificuldades.

Actualmente, o sector de turismo e jogo já se tornaram as duas indústrias predominantes de Macau. Macau tem sido uma cidade turística há muito tempo, no primeiro semestre deste ano, passaram mais de 13 milhões por território de visitantes. Além disso, o IFT passou a ser a instituição de formação turística do mundo a ser contemplada com a certificação *Themis TedQual* (Qualidade de Formação Turística) pela Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas. Sendo fundado pelo Governo da RAEM em 2010, o Instituto já possui três licenciaturas, um curso de formação recebeu vários prémios, tais como prémio de ouro, contemplado pela Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas, prémios turísticos internacionais e regionais. Nos últimos anos, ofereceu-se 25 cursos de formação turística para várias cidades da China continental. Isso nos mostra, principalmente, temos um certo grau de fundamentação, por isso, no posicionamento estratégico, Macau é considerada como o destino turístico a longo prazo.

Sendo uma cidade turística, Macau possui um excelente ambiente humano, tais como o património mundial e a mistura da cultura chinesa e ocidental. Além disso, com o rápido desenvolvimento da indústria dos jogos de lazer, bem como o bom funcionamento do Centro de Ciência de Macau, vários museus, estádios desportivos populares e profissionais, o território possui todas as condições para ser a cidade de lazer.

Normalmente, a construção do centro mundial de lazer passa gradualmente de cidade regional a mundial. Este trabalho é muito difícil, todos os departamentos têm que esforçar juntamente para alcançar o objectivo.

Para ser o Centro Mundial de Turismo e Lazer: a estrutura turística principal é internacional; a qualidade de serviço deve atingir o nível mundial; deve possuir a abrangência cultural a nível mundial. Actualmente, cerca de 90% dos visitantes são provenientes da China continental, Hong-Kong e Taiwan. Portanto, devemos tomar medidas para que a fonte dos clientes seja internacional.

Actualmente, os sectores predominantes são indústria de turismo e dos jogos, que já se estabeleceram regionalmente uma influência considerável, algumas áreas já atingiram o nível mundial. Queremos

melhorar ainda mais nesta base, com vista a promover a indústria de turismo e lazer.

As vantagens e competitividades nucleares de Macau são: vantagens institucionais do princípio “Um País, Dois Sistemas”; intercâmbio cultural entre o oriente e o ocidente; o património mundial no Centro Histórico, especialmente a indústria de turismo e dos jogos já alcançou o nível mundial.

Os nossos principais objectivos são: 1. destinar-se o crescimento da indústria de lazer; 2. aperfeiçoar fortemente a construção das infra-estruturas; 3. melhorar constantemente as instalações turísticas de lazer, especialmente aproveita bem a cooperação regional entre Guangdong, Hong-Kong e Macau. Segundo Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e o Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas, estes três lugares são destinos turísticos mundiais, a cooperação mútua poderá criar mais condições favoráveis e convenientes a Macau.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Mak Soi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Sr. Presidente,

Caros Colegas:

Face ao brusco desenvolvimento económico, constatamos que houve um grande desenvolvimento, no que respeita à democracia e ao sistema jurídico de Macau, um aumento significativo da eficácia legislativa, e a criação e publicação consecutivas de um conjunto de leis e regulamentos importantes, relativos à vida quotidiana da população, nomeadamente, ao nível da política, economia, assuntos sociais, etc., tendo em conta o interesse público e as exigências reais para o desenvolvimento de Macau. No entanto, os residentes sentem-se insatisfeitos com a eficácia da aplicação dos respectivos diplomas legais. Segundo alguns especialistas, académicos e residentes, legislar é importante, mas a aplicação das leis é-o ainda mais. Se se não elevar os conhecimentos jurídicos dos residentes, nomeadamente daqueles que aplicam a legislação, através da educação cívica e duma eficiente generalização dos respectivos conhecimentos, então, poder-se-ão influenciar gravemente os conhecimentos dos cidadãos, quanto à legislação, credibilidade e cumprimento de leis pelos residentes e, mesmo o mais importante, isso poderá constituir um obstáculo para quem aplica a legislação, facto que é prejudicial para a sociedade e residentes. Assim, para além da relevância, tanto da legislação, como da aplicação de lei, o mais importante deve ser a divulgação da lei.

Nos últimos anos, a aspiração de muitos residentes é: o Governo autorizar, quanto antes, a importação de empregadas domésticas da China Continental, para que possam ter mais uma opção, e para que os idosos e crianças da família possam aceder a melhores cuidados. Qual é a opinião do Chefe do Executivo sobre isso?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Mak Soi Kun.

Eu vou responder primeiramente a pergunta sobre trabalhadores

domésticos. Já recebemos várias opiniões sobre isso, muitas pessoas esperavam que o Governo pudesse introduzir trabalhadores domésticos a partir da China continental, uma vez que esses dominam bem a língua corrente, possuem o mesmo hábito, especialmente o sabor da comida. O Governo da RAEM tem prestado muita atenção a este assunto, apresentando também esta ideia às autoridades continentais.

Por enquanto, a maioria dos trabalhadores domésticos de Macau é proveniente do Sudeste Asiático. Especialmente, de Filipina e Indonésia. As demandas focalizaram na importação dos trabalhadores domésticos da China continental, uma vez que para algumas famílias em que idosos não sabem bem a língua estrangeira. Vamos tentar o nosso esforço melhor possível, para que seja realizado este sonho. Penso que há muito pedidos, porque já ouvimos muitas demandas relativas a isso.

Em relação à questão de generalização do Direito, acabámos de mencionar que a eficiência da legislação foi elevada, mas ainda há cidadãos que não ficam satisfeitos com a nossa aplicação da lei. Desde o estabelecimento da RAEM, os departamentos têm fortalecido o trabalho de generalização do Direito, organizando muitas actividades relativas à divulgação de lei, com vista a aumentar gradualmente o conhecimento e entendimento do público. Os serviços relacionados ajustaram também as estratégias na divulgação do Direito, em conformidade com as informações recolhidas.

Tal como o Sr. Deputado Mak, ouvi muitas opiniões sobre este aspecto. Muitos cidadãos almejavam uma divulgação simples e directa, para que eles pudessem entender a aplicação da lei. Na verdade, após a cooperação entre vários departamentos e as comunidades, os cidadãos aumentaram seu conhecimento do Direito, bem como a consciência de cumprimento da lei.

Mas todos nós sabemos, para que a lei possa ser implementada efectivamente, além dos cidadãos, os agentes de autoridade também devem conhecer o conteúdo da lei. Para isso, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, bem como as autoridades competentes devem contribuir juntamente na formação aos agentes, com vista a facilitar a interpretação da lei e obter o entendimento dos cidadãos. Este trabalho é muito importante, uma vez que nem todos os cidadãos entendem perfeitamente a lei. Nesse sentido, temos que reforçar o trabalho deste aspecto.

Para que os cidadãos possam ter um aprofundo conhecimento sobre a significação da lei e o processo legislativo, especialmente a sua intenção, *ratio legis*, princípio e conotação, o Governo deve realizar a divulgação da lei antes da legislação. Mediante a expressão das opiniões e sugestões dos cidadãos, acredito que isto pode aumentar a sua participação na legislação, bem como a aceitabilidade da lei, reforçando assim a consciência cívica. Por isso, em geral, estou acordo que os Serviços responsáveis mencionados devem fortalecer o trabalho com as comunidades sociais.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

Kwan Tsui Hang: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

A partir deste ano, o Regime de Segurança Social passou a abranger toda a população e, através do pagamento de contribuições retroactivas, os residentes que não eram beneficiados já podem estar incluídos neste Regime. Trata-se, então, de um passo importante para o aperfeiçoamento da rede de segurança social.

Porém, segundo o relatório do Fundo de Segurança Social (FSS), que foi entregue à AL pelo Governo, em Maio do corrente ano, se o valor das contribuições se mantiver e se se atender aos aumentos das diversas despesas, o FSS entrará em falência dentro de 20 anos.

Na última sessão de perguntas e respostas, o Sr. Chefe do Executivo afirmou que o Governo ia, quanto antes, reforçar o financiamento para manter esse Fundo. Afinal, quando é que se vai cumprir essa promessa? Para além do reforço, o que é que o Governo vai fazer para manter o Fundo? Existe já uma calendarização concreta sobre a concretização do Regime de Previdência Central?

Obrigada.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente e Sra. Deputada Kwan Tsui Hang.

O sistema da segurança social está intimamente relacionado com a vida aposentadoria dos residentes de Macau, é muito importante salvaguardar a sua estabilidade e sustentabilidade. De acordo com a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, a proporção da população idosa aumentou de 7% em 2006 a 8% em 2010. Segundo a estimativa actual, o número vai atingir 19% em 2031. Com o envelhecimento da sociedade, a despesa de pensão de velhice será cada vez maior, prevendo-se esta pensão mensal de 2 000 MOP só funcionará até 2019, com a manutenção da actual contribuição de 45 MOP por mês. Além da dotação normal, o Governo posterior ainda necessita a adicional para fazer a reposição.

Segundo o Governo da RAEM, qualquer regime de segurança social saudável tem de ser suportado pelas contribuições do Governo, residentes e empresas, e que o desequilíbrio entre estes três elementos abala as bases desse regime. Aliás, será necessário elevar a contribuição para salvaguardar a estabilidade do Fundo de Segurança Social? Referiu ainda que ia estudar os ajustamentos da proporção das contribuições, do montante das contribuições e do montante da pensão para idosos, mas só depois da implementação do relatório de estudo actual sobre o Fundo de Segurança Social, com vista a resolver o problema estrutural dos recursos financeiros. Todos podem ver, actualmente, paga-se mensalmente 45 MOP para a pensão de velhice. Espera-se que o montante da pensão de velhice possa ser aumentado. Então, isso afectará directamente o financeiro estrutural.

Referimos também a situação dos outros países ou regiões, em relação à percentagem de contribuição no salário. Na Singapura, 20% aos empregados, 15% aos empregadores; em Hong-Kong, 5% aos empregados e aos empregadores; na China continental, 8% aos empregados e 20% aos empregadores; na Alemanha, 9% aos empregados e aos empregadores. Portanto, em geral, o Governo é responsável pela gestão da contribuição institucional e despesa parcial da pensão de velhice. A partir dos estudos comparativos, a proporção da contribuição de Macau é relativamente baixa, porque essa está relacionada com a garantia da vida aposentadoria dos cidadãos.

Em 1994, o Banco Mundial levantou três propostas para a protecção da pós-aposentação. Nomeadamente, são: 1. um regime de protecção de aposentação “pay-as-you-go”, tal como actual o primeiro nível do regime da segurança social; 2. Sistema obrigatório de protecção da pós-aposentação da contribuição fixa, tal como o Regime de Previdência Central que está a construir; 3. Depósito individual voluntário.

Em 2005, com base nas três propostas, o Banco Mundial adicionou mais dois sistemas de apoio social: 1. sistema de segurança social aos idosos pobres; 2. apoio informal, ou seja apoio familiar ou não financeiro, por exemplo, serviços de saúde pública. Assim, o sistema de segurança social não só depende do Governo. Os apoios sociais, individuais e familiares também são importantes. Em relação à pergunta da Deputada, por um lado, vamos fazer um orçamento preciso; por outro lado, espera-se que nas Linhas de Acção Governativa, a organização financeira possa ser referida. Enfim, o Governo vai assumir esta responsabilidade, com vista a garantir o bom funcionamento do Fundo da Segurança Social.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Lam Heong Sang: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

Muito embora a contratação de trabalhadores não residentes apenas seja permitida, desde que não lese os direitos dos trabalhadores locais, enquanto princípio básico da política relativa à importação de mão-de-obra, o certo é que, se a remuneração paga aos primeiros for baixa, afecta também a capacidade de negociação dos últimos, criando-se assim o fenómeno de “competição ao desbarato”.

Segundo o Inquérito sobre as “Necessidades de mão-de-obra e remunerações”. As remunerações dos trabalhadores não residentes correspondem apenas de 70% a 80%, ou até menos, das auferidas pelos trabalhadores locais, mormente nas seguintes categorias profissionais: a 4^a, 5^a, 6^a, 7^a, 8^a e a 9^a. Tudo isto bem demonstra a pouca eficiência na execução da Lei da Contratação de Trabalhadores não Residentes, especialmente do seu artigo 2.º.

A frouxidão adoptada na autorização de contratação de trabalhadores não residentes tem vindo a ser alvo de críticas por parte do público. Até à data, foi já autorizada a contratação de mais de 100 mil trabalhadores não residentes, mas a prática revela a existência de graves lacunas na utilização das quotas autorizadas, criando-se assim a impressão de que as autoridades teriam gizado a sua autorização segundo as suas vontades.

Assim sendo, pergunto ao Sr. Chefe do Executivo: Vai a Administração lançar, segundo as tendências do desenvolvimento económico, medidas que contribuam para elevar as remunerações e as regalias dos trabalhadores locais? Face à falta de transparência sobre os fundamentos subjacentes às autorizações concedidas e ao grande poder discricionário atribuído aos serviços públicos, quais são as estratégias de que a Administração vai lançar mão para que haja um controlo mais rígido e razoável do número de autorizações? E como vai a Administração garantir que a política de importação de trabalhadores não residentes não prejudique os direitos e interesses

dos trabalhadores locais?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Lam Heong Sang.

Estou muito contente de receber as suas informações, também já as dei ao Secretário Francis Tam para estudar, especialmente sobre estes tipos de trabalho.

Efectivar e implementar os princípios de políticas de emprego, lei de bases do direito de trabalho e Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes. Só que os recursos humanos locais não são suficientes, os trabalhadores não residentes serão considerados como suplemento. Portanto, deveremos avaliar rigorosamente todas as solicitações, com vista a obedecer os objectivos mencionados e salvaguardar os direitos laborais dos trabalhadores locais.

Já vi alguns dados, agora quero compartilhá-los com vocês. No terceiro trimestre de 2008, o número de trabalhadores não residentes atingiu 104.281, o seu salário médio era 8.000 MOP, enquanto o salário médio dos cidadãos locais é 10.000 MOP. Após a crise financeira, no segundo semestre de 2010, o número dos trabalhadores não residentes reduziu para 72.142, o seu salário médio era 8.500 MOP, enquanto o salário médio dos cidadãos locais é 10.000 MOP. Como se pode ver, o salário médio dos residentes não residentes é menos do que o dos residentes. No entanto, realmente, o salário de alguns trabalhadores não residentes é mais elevado do que o dos residentes, incluindo gestores, profissionais, técnicos e aconselhadores. Penso que este fenómeno não é necessário ser explicado. A nossa focalização está na ajuda dos cidadãos de Macau. Também vimos outra parte, por exemplo, devido ao rápido desenvolvimento dos jogos, *croupiers* todos são bem pagos, mas recentemente, reduziu-se o salário.

Então acho que na verdade podemos fazer os seguintes: 1. incentivar a mudança ao superior, oferecendo a formação, reforma para criar condições; 2. conversar com os empregadores sobre o aumento de salário, porque se pode ver, a receita de alguns sectores é bastante boa, tendo a capacidade de aumentar o salário. Já fizemos isto no anterior. Penso que esta ideia é muito favorável ao salário básico, porque o subsídio e a receita original são diferentes. Claro, os empregadores devem assumir a sua responsabilidade, depois de atingir o interesse previsto, a fruta económica também deve partilhar com os empregados. No passado, conversámos com as grandes empresas, devido à inflação, não se encontrou dificuldade na discussão sobre a proposta de ajustamento do salário. Segundo o desempenho recente, penso que já chegou na hora para realizarmos os trabalhos relacionados. Mas de modo geral, devemos promover a formação em competências profissionais, com vista a criar melhores condições para que os funcionários locais possam ser promovidos. Ao mesmo tempo, devemos avaliar mais rigorosamente a qualidade dos trabalhadores não residentes.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Chan Chak Mo: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

Com o impulso proveniente das políticas eficazes do Governo da RAEM, a economia de Macau registou grande desenvolvimento, nos últimos anos. No entanto, não se pode ignorar que as pequenas e micro empresas ainda estão a passar por uma vida difícil. Face ao assunto, o Governo lançou várias medidas. Por exemplo, na área da restauração; bem como os programas de apoio às lojas pequenas e médias; o financiamento sem juros, pelo “Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização”; e ainda políticas mais flexíveis para trabalhadores não residentes, medidas estas que, em determinado nível, ajudam a aliviar as dificuldades com que as referidas empresas se deparam.

Ocorreu, no período da manhã do dia 26 de Julho, uma explosão de gás butano num restaurante localizado no Centro Internacional, que provocou danos e feridos. Este incidente chamou-nos a atenção para os problemas dos velhos equipamentos dos restaurantes e das empresas de pequena e média dimensão. Para além do financiamento, o que as PME mais necessitam, hoje em dia, é de apoio a nível técnico, para o qual foram criadas novas entidades, entre as quais a Direcção dos Serviços para a Protecção Ambiental e o Fundo de Protecção Ambiental, que estão essencialmente vocacionadas para disponibilizá-lo. Espero que estas entidades possam ajudar os estabelecimentos de comidas a melhorarem as suas técnicas e os seus equipamentos, enquanto que o Governo e as Associações do Sector de Restauração devem ainda intensificar o intercâmbio, com vista a ajudar devidamente, a nível técnico, os restaurantes antigos.

Sr. Chefe do Executivo:

Com vista a disponibilizar apoio técnico específico às referidas entidades, podem os serviços competentes do Governo da RAEM criar o devido mecanismo de resposta?

Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Chan Chak Mo.

Mais de noventa por cento das empresas são PME em Macau, a operação e o desenvolvimento das PME desempenham um papel positivo para o crescimento económico. Portanto, o Governo tem apoiado o desenvolvimento das PME em vários aspectos. Em termos de apoio financeiro: 1. espera-se reduzir o custo da operação das empresas, melhorando as suas instalações, através do aperfeiçoamento das medidas do apoio financeiro. Incluindo o Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas e o Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas destinados a Projectos Específicos, continuando a melhorar o regime de bonificação de juros; 2. apoiar as PME através de Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, Fundo de Protecção do Meio Ambiente e Poupança de Energia e Fundação Macau.

Em relação ao caso de explosão que acabámos de mencionar, ocorrido no Edifício Centro Internacional, iniciámos imediatamente o Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, sendo responsável pela Direcção dos Serviços de Economia, com vista a reduzir as perdas e recuperar as actividades de operação mais rapidamente possível.

Em 2009, o Governo da RAEM adicionou mais de 1,5 bilhões de patacas para o orçamento do Fundo de Desenvolvimento Industrial e

de Comercialização, os projectos beneficiários dos apoios financeiros abrangem; uma série de actividades de “Praça de Alegria de Macau” e “Carnaval de Consumo na Zona Norte”, que visam estimular o consumo nos bairros antigos, e trazer oportunidades ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Além disso, tem prestado ainda apoios às associações na realização de fóruns, exposições, bolsas de contacto e visitas de estudo no Interior da China e em Macau, no sentido de ajudar as pequenas e médias empresas de Macau a elevar o seu nível operacional, explorando mercados estrangeiros e aumentando a competitividade.

O estabelecimento do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética destina-se ao melhoramento das explorações das PME. A cooperação entre a Fundação Macau e comunidades relacionadas destina-se à preservação das características dos estabelecimentos de comidas de Macau. Na primeira fase, 101 PME foram apoiadas com valor de 20 milhões de patacas; Estamos a aceitar inscrições para a 2.ª Fase, com o semelhante número de casos, bem como a montante, com vista a flexibilizar as condições para apresentação de requerimentos.

Em termos do suporte técnico, fortalecemos a promoção dos produtos das PME. Em Maio deste ano, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau instalou o Centro de Exposição de Produtos de Macau, exibindo os produtos locais e prestando serviços de informações e consultas aos visitantes. Para além disso, prestam ainda serviços de sessões de bolsas de contacto, ajudando as empresas de Macau na divulgação, promoção e venda dos seus produtos localmente fabricados, em mercados exteriores. Visando a apoiar a reconversão das condições de exploração e capacidade de exploração. Mediante o Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau, abrem-se vários cursos de formação, visando a elevar o nível gestor e técnico; resolver a questão de recursos humanos das PME, com base na protecção do interesse dos trabalhadores locais, tratando adequadamente os pedidos de importação de trabalhadores não residentes. Em termos do suporte técnico, mencionado pelo Sr. Deputado Chan, vamos prestar mais atenção sobre este aspecto.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Kou Hoi In, faça o favor.

Kou Hoi In: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

O trabalho dos Censos 2011, que se efectua de 10 em 10 anos, vai iniciar-se amanhã, ou seja, no dia 12 de Agosto. Os resultados dos Censos serão muito importantes para o desenvolvimento de Macau. Os respectivos dados, para além de reflectirem as variações surgidas nestes últimos anos na estrutura demográfica e nas características socioeconómicas de Macau, servirão como referência relevante para o futuro planeamento do Governo da RAEM.

Sr. Chefe do Executivo:

Como é que o Governo da RAEM pode aproveitar melhor os respectivos resultados para o futuro planeamento? O Governo vai, através da análise e gestão científicas, inteirar-se, de forma global e exacta, da situação demográfica e do estado real da força laboral? Perante as realidades de que Macau é pequeno mas com muitas pessoas, bem como da insuficiência dos recursos humanos, como é

que o Governo pode aproveitar melhor os respectivos resultados dos Censos, para se articular com a definição, de forma mais científica, das políticas em relação à demografia e a talentos, bem como com a criação de uma base de dados relativos aos recursos humanos, etc?

Obrigado.

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Kou Hoi In.

Em articulação com as necessidades decorrentes do desenvolvimento social de Macau e para permitir ao público e aos diversos sectores sociais um melhor conhecimento de informações sobre trabalhadores não-residentes (TNR's) e da situação do mercado de recursos humanos, o GRH, desde Maio do corrente ano, que tem divulgado regularmente na sua página electrónica (www.grh.gov.mo), dados sobre TNR's, aumentando, desse modo, a divulgação daquelas informações e a transparência do trabalho. Os dados divulgados compreendem os respeitantes ao mercado de trabalho de Macau, segundo a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, aos TNR's que se encontram a trabalhar em Macau, segundo o Corpo de Polícia de Segurança Pública e aos casos em tratamento no GRH. O GRH vai continuar a melhorar, conforme as necessidades do desenvolvimento social, o conteúdo dos dados divulgados, na perspectiva de dar a conhecer à população dados mais correctos sobre os TNR's. Quanto à base de dados de recursos humanos, tendo em conta as especificidades do sector de exposições e convenções, a DSAL criou a "Base de Dados de Recursos Humanos do Sector de Exposições e Convenções", a qual tem sido continuamente alargada, fornecendo àquele sector e ao pessoal com técnicas desse sector uma plataforma de interacção com informações sobre o emprego.

Por outro lado, a DSAL está a promover activamente o Regime de Certificação da Qualificação Profissional, sendo que, desde a implementação, no segundo semestre de 2010, de várias modalidades dos testes de técnicas, até meados de Junho de 2011, mais de 2200 pessoas (físicas) obtiveram o Certificado da Qualificação Profissional emitido pela DSAL, tendo estes Serviços feito a classificação, segundo o tipo de trabalho e nível de técnicas, das informações das pessoas que obtiveram aquele Certificado, criando preliminarmente a "Base de Dados de Qualificações Profissionais". O Conselho para o Desenvolvimento Económico estabeleceu um grupo de estudo relativo às políticas do recurso humano, com vista a obter mais dados relacionados.

A formação das pessoas qualificadas também é uma tarefa importante no ensino superior. Para promover um desenvolvimento estável, O Governo da RAEM continua a impulsionar, na área do ensino superior, o aumento da qualidade na área, exortando e apoiando os cidadãos a frequentarem cursos de nível superior, para aumentar, globalmente, quer individual, quer na sociedade geral, a capacidade de competitividade, para que os graduados possam voltar a contribuir para o desenvolvimento de Macau.

Serão realizados o recenseamento decenal da população, inquéritos e estudos aprofundados sobre as novas tendências demográficas. Cujos resultados servirão de base científica e objectiva para a elaboração de políticas públicas relativas ao desenvolvimento económico, recursos humanos, emprego e sistema de segurança social para os idosos, nomeadamente. Com base nos

dados, iremos tratar cuidadosamente a questão das pessoas qualificadas.

Além dos estudos realizados por comunidades populares, universidades continentais, o Gabinete de Estudo das Políticas da RAEM realizará formalmente o Estudo Sobre a População de Macau Para elaborar uma política demográfica adequada que atende a necessidade do desenvolvimento, o Governo da RAEM vai realizar uma consulta pública sobre o Enquadramento da Política Demográfica 2011-2020. Para melhor recolher todas as opiniões e sugestões de diferentes sectores sociais, e dar contributo à elaboração desta política, o Gabinete de Estudo das Políticas vai realizar, no período de consulta, uma série de sessões, apresentando ao público o trabalho realizado sobre esta consulta e recolhendo directamente as opiniões e sugestões apresentadas pelos cidadãos. Os dados serão usados para a referência do controlo demográfico no posterior. Com base nos estudos das instituições pedagógicas e grupos de pesquisa encarregados, desta vez, o Enquadramento da Política Demográfica 2011-2020 poderá definir mais efectivamente sobre as políticas demográficas a partir da formação das pessoas qualificadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

Cheang Chi Keong: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente,

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. membros do Concelho Consultivo,

Caros Colegas:

Boa tarde!

A questão que queria abordar tem a ver com o seguinte: no futuro, tendo em conta a exploração da Ilha da Montanha, o crescimento do número de turistas e o prolongamento do horário de funcionamento dos postos fronteiriços, é previsível que se venha a registar um aumento significativo dos passageiros nos postos dessa Ilha. Assim, como é que o Governo da RAEM aproveita as boas políticas adoptadas, no que respeita ao desenvolvimento da referida Ilha, para apoiar todos os sectores de Macau, por forma a encontrarem maiores oportunidades comerciais? E como é que se pode simplificar as formalidades aduaneiras e aperfeiçoar a rede viária de Macau, para elevar a capacidade de recepção de turistas?

Muito obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Cheang Chi Keong.

O Governo da RAEM dá muita importância à exploração da Ilha de Hengqin (Ilha da Montanha), com vista a trazer mais oportunidades para empresas de Macau. Nomeadamente ao projecto do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, cujo início da construção está marcada em Abril. Estabeleceu-se um Laboratório de Referência do Estado para Investigação da Qualidade na Medicina Chinesa, respectivamente, na Universidade de Macau e Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau. No mês passado, o

Governo da RAEM assinou um protocolo de colaboração, na vertente da medicina tradicional chinesa, com a Organização Mundial de Saúde. Em conjunto com os especialistas da Organização Mundial de Saúde, elaboraram-se os documentos técnicos do estudo clínico da medicina tradicional chinesa e realizaram-se cursos de formação especializada, dando oportunidade aos elementos locais da medicina chinesa de fazerem intercâmbio com os especialistas e estudiosos de todo o mundo, alargando os seus horizontes internacionais, o que contribui para elevar o nível da qualidade dos elementos da medicina tradicional chinesa.

Reforçando assim, bases do desenvolvimento da indústria medicina chinesa de Macau, criando as condições favoráveis para a indústria. Este é o primeiro projecto apresentado no Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau com a parte de Guangdong. Todos sabem a importância do desenvolvimento da medicina chinesa, por isso, a província de Guangdong esperou que possa fortalecer a cooperação com Macau, especialmente a acreditação internacional e garantia da qualidade. Nestes termos, estabeleceram-se vários postos na Ilha de Hengqin e em Macau, incluindo laboratórios de referência, órgão colaborado com a OMS, bem como uma série de organizações relativas à autenticação e qualidade. Tendo como objectivo promover os produtos para outros lugares, tais como a UE e a América do Norte.

Apressar o estudo da cooperação sobre o parque de indústria cultural com a parte de Guangdong. A fim de apoiar o desenvolvimento do parque industrial, criou-se formalmente Macau Investimento e Desenvolvimento S.A, cujo regulamento administrativo já foi aprovado pelo Governo. Esta companhia é a entidade principal de Macau no parque. O Governo da RAEM está disposto a ajudar as PME na participação dos projectos no parque, especialmente em informações, financiamento, recursos humanos da pesquisa etc.

Esperamos que as PME possam ser dirigidas pelos grandes projectos. E com a constituição da Comissão para a Apreciação dos Projectos de Investimentos de Macau na Ilha de Montanha, irão ser apoiados os projectos de investimento de Macau que satisfaçam as condições pré-definidas a concretizarem-se naquela Ilha como forma de participação no seu desenvolvimento, particularmente através de investimentos de grande dimensão, ou seja, mediante o modelo de “grandes investimentos promovem pequenos investimentos” para impulsionar a participação das PME locais na exploração da Ilha. E, ainda, sob o apoio do respectivo grupo de trabalho especializado, será dada assistência às empresas interessadas em estabelecer actividades económicas na Zona dos Parques Industriais de Cooperação Guangdong-Macau. O Governo tomou várias medidas para melhorar a capacidade de acolhimento, incluindo o simplificado as formalidades aduaneiras, o aperfeiçoamento das instalações de trânsito; concretiza gradualmente o funcionamento por 24 horas dos postos fronteiriços; oferece melhor ambiente de transportes públicos, nomeadamente autocarros, táxis e metro ligeiro; aperfeiçoa as instalações dos terminais marítimos, especialmente apressar a construção do terminal marítimo de Taipa; elabora o Plano Geral de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, com vista a elevar a capacidade de acolhimento do aeroporto; continua a construir a ponte Hong-Kong-Zhuhai-Macau; em relação infra-estrutura de trânsito, impulsiona a cooperação e ligação estreita com as regiões vizinhas; reforça a cooperação entre informações, transportes e comunicações, alcançando o círculo de trânsito de uma hora no Delta do Rio das Pérolas.

Além disso, já avançámos um passo em termos fiscais, gestão fronteira (circulação de pessoas e alfândegas) e funcionamento do posto fronteiriço 24 horas, que esforçamos juntamente com Guangdong. Espero que haja boas notícias em breve.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Au Kam San, faça o favor.

Au Kam San: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Excelência:

Em primeiro lugar, sua excelência deve responder a pergunta do Deputado Ng Kuok Cheong. Em relação a dezanove mil habitações públicas, como o Chefe do Executivo disse, é a meta que temos de concluir a tempo, caso contrário, os responsáveis deverão assumir a sua responsabilidade. Estou absolutamente confiante a isso.

A construção da habitação pública deve ser planeada a longo prazo. A pergunta, colocada pelo Sr. Deputado Ng Kuok Cheong, é se o Sr. Chefe do Executivo vai prometer a reabertura da inscrição da candidatura para as habitações públicas até ao final do corrente ano, uma vez que a nova inscrição para a habitação pública pode, por um lado, preocupar psicologicamente os cidadãos, por outro lado, ajudar o Governo conhecer mais claramente a necessidade da sociedade sobre a habitação económica e social, facilitando o próximo planeamento.

Voltamos para a minha questão, em relação à consulta do desenvolvimento do projecto na colina da Taipa Pequena, o Governo resumiu mais de 2 mil pareceres para 800, distorcendo intencionalmente os factos. Em Julho, na rua de Londres, os onze serviços convidados não compareceram no fórum relativo ao metro ligeiro, uma vez que tinham medo de enfrentar à população. De facto, o tal feito classificou o Governo para a oposição do público. Caso a situação da colina da Taipa Pequena acontecer na zona vizinha, sem dúvida alguma, a sua assembleia regional vai prestar muita atenção, recolhendo as opiniões dos cidadãos. No entanto, a Comissão Consultiva de Macau, composta por todos os membros nomeados pelo Governo, não fez nenhuma reacção sobre isso. Será que o Governo da RAEM deve estabelecer, mais rapidamente possível, os órgãos municipais formados pela eleição directa, de acordo com o planeamento municipal na Lei Básica de Macau? Para que Macau possa avançar um passo na construção da consulta política.

Muito obrigado!

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Au.

Em relação a dezanove habitações públicas, devemos esforçar para atingir esta meta. Acabei de mencionar que haverá um documento para que vossa consulta sobre mais 19.200 unidades. No desenho, temos 3.500 unidades, sem calcular a terra reservada para mais de 2.500 unidades. A Lei da habitação económica está a ser apreciada em especialidade pela Assembleia Legislativa, acreditamos que tudo vai seguir esta nova lei caso for aprovada. Falámos muitas questões em relação à lei da habitação social, vamos estudar detalhadamente.

No que diz respeito à questão do Deputado Ng, esforçámo-nos mais um ano para construir dezanove unidades da habitação pública, além de mais 6.000 unidades apresentadas hoje. Mas quero esclarecer a promessa de construir mais de dezenas de milhares de unidades, porque sabemos que “Habitação para todos, bem-estar para todos” tem sido o objectivo primordial da política de habitação do Governo da RAEM, na qual “cabe à habitação social o papel principal e à habitação económica o papel secundário” é o princípio. Portanto, ainda vamos obedecer a este ponto de partida.

Em relação à questão da colina da Taipa Pequena, penso que os Serviços relacionados já estão a fazer avaliação sobre o impacto ambiental. Tenho que salientar uma coisa, o projecto da colina da Taipa Pequena é um projecto de candidatura, em vez de um aprovado. O público poderá consultar, de maneira geral, as opiniões apresentadas, após o surgimento da avaliação ambiental. Os serviços relacionados também poderão oferecer uma explicação ao público. Porque sabemos, no processo de candidatura para um projecto, a fim de ser transparente, não só realiza uma consulta, como também uma avaliação ambiental. Então devemos deixar algum tempo para a equipa do Secretário Lau e explicamos as especialidades no posterior.

Além disso, em relação a órgãos municipais, nos termos do artigo n.º 95 “A RAEM pode dispor de órgãos municipais”, mas não quero levar isso à questão de eleição. O Deputado Au considerou que o nosso actual organismo consultivo não desempenhava um papel muito positivo, em relação a isso, já mencionámos nas Linhas de Acção Governativa, temos vários diferentes tipos de organismos consultivos, sendo responsáveis pelos três Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários. A sua revisão periódica é muito razoável. Vamos fazer uma revisão relacionada, mas não posso fazer o compromisso relativo à habitação pública, apesar de ser crítico. Mas posso prometer que vamos fazer todo o nosso possível para que o projecto de habitação pública seja concluído. Após a aprovação da lei, poderemos escutar mais opiniões sobre a estratégia da habitação pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Vong Hin Fai: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo:

No relatório das LAG para o ano económico de 2011, refere-se que “a par de exigir dos titulares de cargos públicos de diversos níveis o cumprimento rigoroso dos seus deveres, o Governo tem-se, também, empenhado em criar um ambiente de trabalho justo e harmonioso para os funcionários públicos. No próximo ano, pretendemos promover activamente um modelo de coordenação e gestão centralizada de recursos humanos, no sentido de implementar um sistema centralizado de recrutamento e de acesso”. Sr. Chefe do Executivo, qual é o ponto de situação destes trabalhos? Obrigado.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Vong Hin Fai.

Todas as medidas e políticas do Governo da RAEM são executadas e implementadas por todo o corpo de agentes públicos, queremos estabelecer um ambiente justo, aberto e imparcial para que todos os funcionários públicos possam comportar o seu melhor possível no trabalho. Com a promulgação do Regime das Carreiras

dos Trabalhadores dos Serviços Públicos em 2009, os Serviços relevantes já estão prontos para o concurso centralizado de ingresso e progressão na carreira. Os trabalhos concluídos incluem: o estabelecimento de base de dados relativos ao exame para o recrutamento centralizado de pessoal; a exploração do sistema de informações sobre concursos; a promulgação de regulamentos administrativos de recrutamento, selecção, progressão e formação dos funcionários públicos; a reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública; a regulação ao recrutamento centralizado e à formação de progressão; a explicitação da entidade especializada do recrutamento centralizado.

O aviso do primeiro concurso centralizado de ingresso será publicado no Novembro deste ano, a fase de Prova de Conhecimento será realizada em Fevereiro do ano seguinte. Em Abril, será realizado a entrevista profissional e a análise do currículo; em Julho, será concluída a lista da classificação final e a decisão dos recursos.

Os primeiros destinatários serão os técnicos superiores e técnicos adjuntos. Após a implementação do regime de recrutamento centralizado, os organismos públicos efectuarão a revisão e definição dos planos de recrutamento de pessoal, quer do quadro quer fora do quadro, dando prioridade ao recrutamento de pessoal sob a forma de vinculação ao quadro.

Em relação à formação de progressão centralizada, de acordo com o número de pessoal de progressão previsto em 2012-2014, a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública mandará agente como vogal efectivo, com vista a realizar uma supervisão eficaz no concurso. Antes da entrada em vigor os novos regulamentos administrativos, algumas pessoas já possuam condições de progressão, mas não corresponderam às exigências de formação. Nesse caso, ainda temos regulamentos de transição, todos os agentes poderão dispensar a exigência da formação durante o primeiro exame de progressão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada Melinda Chan.

Chan Mei Yi: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Chefe do Executivo,

Srs. representantes do Governo,

Caros Colegas:

Depois de escutar respostas feitas pelo Chefe do Executivo, em relação à questão de dezanove mil habitações públicas, será que o Governo não tem nenhuma política de longo prazo relativa à habitação pública, após a conclusão do projecto? Em relação à habitação pública, habitação económica e mercado privado, haverá proposta concreta para equilibrar estes três mercados? A economia social não se desenvolve muito bem e o preço imobiliário baixou um pouco, os cidadãos poderão entrar no mercado privado, caso o Governo não tiver intenção de construir mais habitação pública ou económica. Os cidadãos vão fazer isso? Esperamos que o Governo possa nos dar mais resposta mais cedo possível, deixando mais tempo para a nossa consideração.

Além disso, na realidade, muitos cidadãos não ficam satisfeitos com a situação actual, tais como o planeamento de trânsito, políticas

da habitação pública, concessão de terra, altura dos edifícios, protecção ambiental etc. Os funcionários dos Transportes e Obras Públicas não tinham feito bom trabalho, serão que todos pensaram assim? Esta questão poderá causar uma grande perda, caso eles não tomaram decisões correctas. Então, gostaria de perguntar ao Chefe do Executivo, quais são as medidas que poderão ser tomadas para aperfeiçoar os trabalhos destes funcionários?

Muito obrigada!

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sra. Deputada Melinda Chan.

Acabei de mencionar as políticas e os planos depois da conclusão do projecto de dezanove mil habitações públicas. Todos sabem, já temos regulamentos da habitação social, a Lei da Habitação Económica também já está apreciada em especialidade pela Comissão do Trabalho da Assembleia Legislativa. Creio que ainda vamos seguir esta nova lei.

Depois de concluir o projecto de dezanove mil habitações públicas, vamos resolver primeiramente a questão de ordenação. No desenho, temos mais de 3.500 unidades e reservamos mais de 2.500 unidades. De facto, no terreno concedido pelo Governo central a Macau, com cerca de 350 hectares, temos terreno reservado para a habitação pública. Eu e o Secretário Lau já mencionámos várias vezes sobre isso, temos que obedecer o princípio “cabe à habitação social o papel principal e à habitação económica o papel secundário”. Actualmente, não é muito realista comprometer a construção de uma grande quantidade de habitação pública, porque todos sabem, o Governo já esforçou muito no projecto de dezanove mil habitações públicas, além da conta do plano seguinte.

Caso consultar no exemplar da habitação económica discutido na Assembleia Legislativa, após a participação do Governo e dos Deputados, pode-se ver que já aumentámos a cobertura do limite máximo do rendimento. Se não me engano, quase 80% dos cidadãos foram incluídos. A lei regula a atribuição da habitação pública, garantindo o interesse dos cidadãos de Macau. Nesse caso, o Governo prestou muito esforço para concluir o trabalho na fase anterior, garantindo assim, o trabalho na fase seguinte.

Porque a construção da habitação social destina-se a ajudar as pessoas vulneráveis, o Governo da RAEM tem responsabilidade a oferecer garantias, uma vez que a habitação económica está relacionada com o mercado. Em relação ao mercado imobiliário, ninguém tem capacidade de prever exactamente o futuro. A flutuação no mercado imobiliário realmente existe. De 1993 a 2003, o mercado não apresentava uma tendência activa. Por isso, o Secretário Lau já falou muitas vezes, a habitação económica pode equilibrar o mercado imobiliário privado, evitando o impacto negativo à residência. Contudo, o Governo não pode fazer presentemente este compromisso, pelo menos, no meu ponto de vista, por enquanto, será muito difícil concretizá-lo. No entanto, vamos certamente construir habitação pública. Após a conclusão do projecto de dezanove mil habitações públicas, ainda temos 6.500 habitações públicas a serem construídas. Temos algum tempo de trabalho para a aprovação e a promulgação da lei. Podemos ver, desde o lançamento de uma série de medidas em Abril, havia uma grande flutuação no mercado imobiliário. Nestes termos, penso que os cidadãos podem aliviar um pouco as preocupações, uma vez que a promulgação dos regulamentos relacionados poderá oferecer uma maior garantia, desde que a lei da habitação económica seja

aprovada pela Assembleia Legislativa. No entanto, o equilíbrio do mercado não significa a afecta ao mercado, como referia o Secretário Lau, o mercado imobiliário deve desenvolver saudavelmente, em vez de monotonamente, uma vez que o desenvolvimento saudável e equilíbrio contribuem para o ambiente da RAEM. Portanto, os cidadãos podem deixar preocupações, a nova lei da habitação económica oferecerá uma garantia sólida. Combinando com o limite máximo do rendimento, a perspectiva é bastante boa.

Muito obrigado!

Presidente: Sr. Deputado Tong Io Cheng.

Tong Io Cheng: Sr. Presidente,

Sr. Chefe do Executivo:

Nos últimos anos, a economia de Macau tem vindo a desenvolver-se de forma próspera. Face ao elevar da qualidade de vida dos residentes, os efeitos negativos sobre o meio ambiente vão também aumentar. Se o Governo não adoptar as respectivas medidas, o ambiente de Macau vai ficar cada vez pior, e quem vai ser a vítima disso tudo é a população de Macau.

Proteger o ambiente é uma tarefa da responsabilidade de cada um dos residentes, no entanto, terá que haver, necessariamente, um impulsionamento por parte do Governo. Por forma a concretizar os trabalhos de protecção ambiental, o Governo deve, tendo em conta as experiências dos outros países, reforçar os trabalhos de sensibilização e divulgação, por forma a elevar os conhecimentos dos residentes quanto à importância da protecção ambiental. Devem ser criadas, ainda, as respectivas políticas para o público, as empresas e organizações, para se atingir tal objectivo, isto para que todos possam utilizar produtos e equipamentos amigos do ambiente. Trata-se, pois, de uma medida importante e eficaz.

Sr. Chefe do Executivo:

Nas LAG, refere-se que vai ser criado o Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética. Qual é, então, o ponto da situação dos respectivos trabalhos? Qual é o ponto da situação dos trabalhos? É possível o Governo fornecer informações mais recentes, relativas aos futuros planos?

Obrigado, Sr. Chefe do Executivo.

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputado Tong.

Na China, considera-se o desenvolvimento sustentável com uma das estratégias nacionais, a protecção ambiental como uma das políticas fundamentais. Insistimos resolver os problemas ambientais no desenvolvimento, explorando activamente um caminho eficaz para a coordenação entre o ambiente e a economia.

Na verdade, o desenvolvimento moderno está cada vez mais relacionado com o ambiente e os recursos, para que evitem os impactos negativos ao desenvolvimento socioeconómico, tais como a poluição ambiental e danificação ecológica, por um lado, o Governo da RAEM reforçou a construção do sistema jurídico, tudo tem legislação; por outro lado, construiu uma sociedade amiga do ambiente e economizadora de recursos, incentivando a conservação da água, energia e outro recurso, com vista a proteger o ambiente.

Ao mesmo tempo, devemos fortalecer a educação sobre a protecção ecológica e ambiental.

O Governo da RAEM tem atribuído uma grande importância à protecção ambiental, comprometendo a proceder a partir da legislação e recurso, por exemplo, já se promulgou regulamento relacionado para a criação do fundo. Segundo o "Protocolo de Quioto", aplicado em 2008, e políticas de redução 40-45% das emissões de dióxido de carbono, apresentadas na conferência de Copenhaga sobre Alterações Climáticas, devemos reduzir a poluição do ar, salvaguardar a saúde dos cidadãos, com vista a criar um ambiente confortável para a próxima geração.

O Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética será aceite formalmente o pedido em Setembro. O primeiro plano é financiamento aos produtos de protecção ambiental e conservação energética, o máximo valor é 500 000 patacas. Em relação à redução fiscal dos eco-veículos, a Assembleia Legislativa já aprovou na generalidade sobre a proposta do Imposto sobre Veículos Motorizados, com vista a incentivar o uso dos eco-veículos. Acompanha-se constantemente o desenvolvimento das novas técnicas, actualizando e revisando a padrão de credenciação dos eco-veículos, bem como avaliar o benefício da implementação das políticas relacionadas.

Quanto ao padrão da emissão dos veículos, actualmente, adoptam-se os sistemas da UE, dos EUA e do Japão, nos quais, o critério do Euro IV é mais utilizado. Segundo o nosso desenho preliminar, em Macau, adopta-se o critério da UE. A fim de regular melhor a eficiência de combustível, será aplicado um critério mais rigoroso do que o da Euro IV e do Japão.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Ung Choi Kun: Obrigado, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Chefe do Executivo:

No Relatório das LAG de 2011, o Chefe do Executivo salientou o seguinte: *“Decorridos dez anos, o Governo depara-se com a necessidade de integrar e reajustar oportunamente alguns serviços públicos.”* Em princípios deste ano, a Direcção dos Serviços da Reforma Jurídica e do Direito Internacional foi criada através da fusão de dois Gabinetes. Ultimamente, foram ainda reestruturadas a Direcção dos Serviços de Turismo e a Direcção dos Serviços da Administração e Função Pública. Tudo isso é uma concretização das LAG. Mas, em simultâneo, o Governo está a tornar a equipa dos funcionários públicos mais “inchada”, como, por exemplo, a DST, que de 316 funcionários passa para 368 e os SAEP, de 349 para 621. Segundo dados estatísticos, até finais do passado mês de Março, o número de funcionários públicos (excluindo os de contrato de trabalho) era de 23.095, um aumento de 33,9%, em comparação com 17.239 funcionários em 1999, ou seja, o momento do retorno à Pátria.

Esse aumento implica também o reforço das despesas financeiras de cada ano. Claro que, tendo em conta o desenvolvimento social, especialmente o aumento das solicitações da população, é compreensível que seja necessário aumentar o número de funcionários?

Assim sendo, gostaria de perguntar ao Chefe do Executivo o seguinte: Como é que vai, no futuro, aprofundar a reforma administrativa, especialmente a mobilização, o ajustamento, a simplificação e a maximização dos serviços públicos? Vai criar um mecanismo de aperfeiçoamento, no sentido de controlar razoavelmente o número de funcionários públicos, evitando a infinita “dilatação” dessa equipa e das eventuais despesas financeiras? De que medidas dispõe para o ajustamento da estrutura dos serviços públicos e do número dos seus efectivos? Como é que vai elevar eficazmente a qualidade dos funcionários públicos, a fim de elevar também, de forma geral, a qualidade governativa da Administração?

Chefe do Executivo, Chui Sai On: Obrigado Sr. Presidente e Sr. Deputado Ung Choi Kun.

Em relação à reforma da administração pública, tendo em conta que já decorreram mais de onze anos desde a criação do Governo da RAEM, é oportuno proceder a uma série de estudos neste âmbito, incluindo estudos sobre o sistema geral dos funcionários públicos e a estrutura administrativa. Actualmente está em curso um estudo sobre a sobreposição das funções dentro do Governo e um outro sobre a estrutura geral da função pública acima referida. Nota-se que, nos últimos tempos, devido às necessidades no trabalho, efectuaram-se, em alguns departamentos governamentais, alterações à respectiva organização e funcionamento, no sentido de aumentar departamentos e funcionários. De facto, em termos gerais, estamos convictos de que seja a hora para proceder aos estudos em relação à estrutura geral da administração pública, à sobreposição das funções e ao desenvolvimento futuro. Além disso, deve-se prestar atenção à formação contínua dos funcionários públicos, sobretudo dos titulares dos cargos de direcção e chefia. Em suma, estamos a trabalhar neste sentido e vai demorar algum tempo para concluir os estudos acima referidos, ou seja, estudos sobre a estrutura geral da administração, a sobreposição das funções e a formação dos funcionários, os quais, para mim, são oportunos e necessários.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Agora quase são seis horas. Ouvimos as perguntas formuladas por vinte e três Deputados, e as respectivas respostas. Gostaria de, em nome da Assembleia Legislativa, agradecer ao Sr. Chefe do Executivo, pela sua presença, e resposta às perguntas apresentadas pelos Deputados, e aos oficiais e aos membros do Conselho Executivo. Agora, declaro encerrada a reunião.

Obrigado.

Intérpretes-Tradutores: Gabinete de Tradução

Redactores: Gabinete de Registo e Redacção